

ATO 63

ATO 28



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
(FLECS)

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL:
O Caso da Sasakawa Global 2000**

*Projecto de Investigação apresentado em cumprimento parcial dos requisitos para
obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia pela Universidade Eduardo
Mondlane*

AUTOR: Botão, Carlos Francisco Sande.

SUPERVISOR: Dr. Cristiano Matsinhe

CO-SUPERVISOR: Dr. Helder Nhamaze

UE.M. - UFICS
R. E. 4425
DATA 12/03/05
AQUISIÇÃO ofenta
COTA ATO 63

Maputo, Maio de 2004

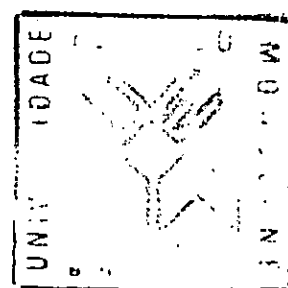
DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este projecto de investigação, nunca foi apresentado, na sua essência, para obtenção de qualquer grau que não seja o indicado- **Licenciatura em Antropologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais- da Universidade Eduardo Mondlane**, e que constitui o resultado da minha investigação.

O candidato

Carlos Francisco Sande Botão

(Carlos Francisco Sande Botão)



Maputo, Maio de 2004

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada agradeço a **Deus** por tudo, e a todos aqueles que directa e indirectamente e cada um de forma individual e especial contribuíram para a concretização desta pesquisa.

Em particular ao Dr Cristiano B. A Matsinhe meu supervisor, ao Dr.Helder Nhamaze Co-Supervisor pela paciência, humildade e atenção que me prestaram foram transmitindo conhecimentos e ensinamentos de forma neutra e cautelosa.

Aos professores, Doctora Maria José Artur, Dr Alexandre Mate, Dr.Paulo Granjo e aos demais.

Ao Departamento de Arqueologia e Antropologia, pois foi graças ao seu apoio material que foi possível a realização deste trabalho.

De um modo especial aos meus pais Armando Sande Botão e Lúcia de sousa Talacuece, meus irmãos Maria Claudina Botão, Marcelino Botão, Paulo Botão, Anacleta Botão e Benedita Botão que apostaram em mim na continuidade dos meus estudos na Universidade, dando muito carinho, amor e apoio moral tanto quanto material independentemente das circunstâncias, fizeram de tudo para que eu não passasse dificuldades extremas.

Em nenhum momento me esquecerei dos meus primos Cardoso, Adozinda, Chemina, Ferro, Nogueira, Kupheca, Coutinho, dos meus cunhados Mambo, Maluleca, minha amiga Ludmila, meus colegas Fote, Manuelito, Coimbra, Egídio, Inocêncio, Pereira, Shenga, Unaith, Tiane, Tsabet, Edite, Mércia, Cecília, Macamo, Arnaldo Bimbe e Machaieie.

As várias instituições e individualidades como as bibliotecas da UFICS, INIA, MADER, INE, ao Sr.Higino de Marrule, Dr.Diogo, Eng^os Zandamela e Coimbra, Sr.Vilanculos, Ilídio, Rui Cebola vão os meus agradecimentos.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Armando Sande Botão, Lúcia de Sousa Talacuce.

Aos meus irmãos Claudina Botão, Marcelino Botão, Paulo Botão, Anacleta Botão,
Benedita Botão.

RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa feita sobre a questão ou a problemática da participação da comunidade nos projectos de desenvolvimento rural levadas a cabo pela ONG Sasakawa Global 2000 confrontada com a questão da distribuição de sementes-variedades melhoradas a título de crédito à Associação Agrícola do Vale do Mandruze, no distrito de Dondo. A finalidade é de analisar e demonstrar os mecanismos de interacção e os métodos de participação adoptados pelos diferentes intervenientes envolvidos nesse processo com vista ao desenvolvimento desta comunidade.

Para tal levantamos as hipóteses segundo as quais as comunidades não participam activamente na implementação do projecto de Desenvolvimento Rural adoptado pela SG-2000 porque o seu baixo nível organizacional dificulta e enfraquece a interacção existente entre estas e o projecto, ainda mais estas não participam nestes porque não se sentem como parte integrante destes pelo facto de não lhes são dadas oportunidades de exprimirem as suas preocupações, dificuldades e fragilidades e por último estas quando recebem as sementes de forma gratuita não as utilizam convenientemente daí a distribuição destas a título de crédito como forma destas passar a fazê-la.

Quanto às questões metodológicas para a recolha dos dados, usamos o método qualitativo, baseado e suportado por entrevistas semi-estruturadas privilegiando também a observação.

As análises feitas permitiram concluir que as Comunidades do Vale do Mandruze ainda não estão bem envolvidas no projecto. A participação, no que se refere ao envolvimento do grupo foi do tipo passivo, os beneficiários ainda que conscientes da sua não participação activa e colaborativa ainda não se acham responsáveis pelo percurso que o projecto trilhou.

As comunidades não se envolvem activamente nas actividades do projecto; segundo alguns entrevistados os parceiros do projecto SG-2000 não difundem as informações ao grupo alvo sobre as modalidades das distribuições das sementes melhoradas, não existe uma coordenação eficaz entre o governo, a comunidade e o projecto.

A ausência do método consultivo à comunidade influenciou para que se registasse a falta ou o baixo envolvimento destas nas actividades desenvolvidas pelo projecto.

INDICE

Declaração.....	i
Agradecimentos.....	ii
Dedicatória.....	iii
Resumo.....	iv
Índice.....	v
Abreviaturas.....	vii
CAPÍTULO I.INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O Problema da Pesquisa.....	3
1.2.OBJECTIVOS DE ESTUDO.....	4
1.3.Objectivo Geral.....	4
1.4.Objectivos específicos.....	4
1.5.Justificativa de Estudo.....	5
1.6.Metodologia.....	6
1.7.Hipóteses.....	9
CAPITULO II.....	10
2.1.REVISÃO DA LITERATURA.....	10
2.2.QUADRO CONCEPTUAL.....	13
2.3.Participação.....	13
2.4.Comunidade.....	15
2.5.Participação Comunitária.....	16
2.6.Sementes-variedades melhoradas.....	17
2.7.Desenvolvimento Rural.....	18
CAPITULO III.....	20
3.1.REFERÊNCIAS TEÓRICAS.....	20
3.2.CONTEXTUALIZAÇÃO.....	22
CAPITULO IV.....	24
4.1.RESULTADOS.....	24
4.2.Implementação do Projecto SG-2000 no Vale do Mandruze.....	24
4.3.Estrategia de actuação do Projecto SG-2000.....	28

4.4.Políticas e Mecanismos de distribuição de sementes melhoradas.....	30
4.5.incentivos a métodos Participativos: o envolvimento dos pequenos Agricultores na produção de sementes.....	35
4.6.Participação Comunitária condição 'sine qua non' para o Desenvolvimento Rural? .	37
4.7.Percepção da Comunidade face ao uso das sementes melhoradas distribuídas pelo Projecto SG-2000.....	43
4.8.Impacto da distribuição das sementes melhoradas a título de crédito no Vale do Mandruze.....	45
5.PONTOS DE REFLEXÃO PARA UMA NOVA ABORDAGEM.....	48
LISTA BIBLIOGRÁFICA.....	54
Anexo I.....	58
Anexo II.....	59
Anexo III.....	60

ABREVIATURAS

AFRICARE- A Leading Nonprofit Organization, Specializing in Aid to Africa

CMCD- Concelho Municipal da Cidade do Dondo

DDADR- Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural

DPADR Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural

MAP- Ministério de Agricultura e Pescas

MADER- Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural

GAPPO- Gabinete de Apoio a Produção

PROMEC- Promoção económica dos camponeses

SEMOC- Sementes de Moçambique

SG-2000- Sasakawa Global 2000

INDER- Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural

ONG's- Organizações não Governamentais

GD's- Grupo Dinamizador

INIA- Instituto Nacional de Investigação Agronómica

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO

Moçambique é um país situado na costa Sudeste do continente Africano, entre os paralelos 10°27' e 26°52' de latitude sul e entre os meridianos 30°12' e 40°51' de longitude Este. Tem cerca de 18 milhões de habitantes onde a maior parte (cerca de 80% da população) pratica a agricultura como sua principal actividade e como sua fonte de renda familiar (INE, 2001).

O Governo Moçambicano, as ONG's entre outras instituições têm estado empenhados na luta contra a erradicação e redução da pobreza absoluta que abrange mais de metade da população deste país através de implementação de programas que incentive a produção agrícola com o envolvimento da população, e para o efeito sucessivos programas tem sido e foram desenhados com vista a alcançar o desenvolvimento.

É de notar, que com os insucessos e fracassos verificados nos modelos de desenvolvimento "Top down" viu-se a necessidade de elaborar projectos de desenvolvimento rural de índole mais participativos, cujos objectivos eram de garantir o desenvolvimento das capacidades dos membros das comunidades para poderem analisar, definir prioridades e participar na implementação destes projectos de tal forma que estes pudessem continuar normalmente com as suas actividades quando o suporte dos mesmos cessasse (Venetzanu, 1995).

Entretanto apesar de existirem muitas ONG's a trabalharem em prol do desenvolvimento, ainda continuam se registando fracassos mesmo fazendo apelo e uso das técnicas participativas.

Salientar que a actuação de um projecto de desenvolvimento rural numa dada comunidade ou área de intervenção pode ocorrer com sucesso se de certa forma, o envolvimento das comunidades locais for participativo, isto significa um processo de aprendizagem constante que é dinâmico e adaptado à realidade. Pressupõe um processo de descoberta, discussão, análise e definição das prioridades de resolução dos problemas pelo grupo alvo. Todavia a liberdade que as comunidades têm para dialogar neste processo depende muitas vezes da interacção entre a comunidade e o projecto de desenvolvimento (Oison, 1965).

A partir de acontecimentos e abordagens como estas, a presente pesquisa fez-se incidir sobre a ONG Sasakawa Global 2000 e seus parceiros, instituições que trabalharam com um grupo de camponeses (Associação Agrícola do Vale do Mandruze) no distrito de Dondo usando técnicas participativas como metodologia de trabalho na distribuição de sementes melhoradas a título de

crédito fruto de acordos celebrados entre esta entidade e a Direcção com Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Sofala, com finalidades de aumentar a produção dos camponeses com vista a garantir segurança alimentar nesta zona.

Contudo a intervenção levada a cabo por esta entidade apesar de ter sido oportuna porque os camponeses se encontravam numa fase tida como difícil, os resultados obtidos não foram satisfatórios, esperava-se que as comunidades pudessem adquirir alguma autonomia e “empowerment” com este processo a fim de minimizarem as suas preocupações e necessidades mas tal facto não foi possível porque o projecto não conseguiu alcançar os seus objectivos acrescido pelo facto deste interromper com as suas actividades neste vale.

A actuação deste projecto foi tida como deficiente, não conseguiu satisfazer as necessidades e aspirações da comunidade, não cumpriu em grande medida com os seus objectivos, não gerou e nem criou alguns mecanismos que incentivassem a participação activa e directa da comunidade neste projecto, para além de factores técnicos os factores sociais (*módus vivendi*, factores organizacionais da comunidade), não foram levados em conta de modo que permitissem uma maior actuação e seguimento do projecto com vista ao sucesso e viabilidade do mesmo.

Este tipo de situação é preocupante devendo ser analisada com muita atenção e ponderação por parte da SG-2000 porque esta quando se dirigiu a comunidade tinha como um dos objectivos tentar criar mecanismos e incentivos que visassem o desenvolvimento dessas. Entretanto em vez de se observarem índices ou mecanismos que impulsionam o desenvolvimento, notaram-se fracassos, situação que na maioria dos casos trouxe mais constrangimentos do que aqueles que já existiam anteriormente nesta comunidade.

A estrutura do nosso trabalho comporta quatro capítulos a saber: o primeiro é composto pela introdução, o problema, objectivos, justificativa e a metodologia, neste capítulo abordamos duma maneira geral como é vista a questão da participação comunitária na implementação dos programas de desenvolvimento rural levadas a cabo pela SG-2000, a pertinência em relação à mesma, os objectivos que pretendemos alcançar, as motivações que nos levaram a fazer o estudo em causa, a importância desta temática bem como os instrumentos que utilizamos para que a nossa pesquisa se realizasse.

Fazem parte do segundo a revisão da literatura e a conceptualização. Aqui procuramos mostrar como a questão do desenvolvimento rural é tratada e analisada em África— especificamente em Moçambique quando os projectos de desenvolvimento são levados à cabo por ONG's entre outras instituições que se dedicam a esta temática, quais as suas bases de sustentação, os objectivos que pretendem alcançar quando fazem apelo a participação da comunidade e também identificamos alguns estudos feitos em relação a esta questão em Moçambique.

No terceiro capítulo enquadrámos o referencial teórico e a contextualização em torno da zona onde a nossa pesquisa decorreu. Aqui identificamos a teoria que guiou a nossa pesquisa bem como a maneira como utilizamos, a importância que esta tem para análise e compreensão do nosso objecto de estudo.

No quarto capítulo enquadrámos os resultados, é aqui onde falamos e tentamos mostrar o que foi constatado no terreno tendo em conta o que representam os nossos objectivos, a articulação entre o corpo teórico do trabalho e os dados do campo, as dificuldades e possíveis soluções.

E finalmente temos os pontos de reflexão para uma nova abordagem, a bibliografia consultada e os anexos, nesta parte aparecem as nossas reflexões, sugestões em torno do nosso objecto de estudo sem querermos avançar com soluções definitivas e acabadas.

1.1. O Problema da Pesquisa

O envolvimento cada vez mais acentuado da comunidade nos projectos de desenvolvimento rural é tida como uma questão fundamental que visa garantir a sustentabilidade de muitos projectos de desenvolvimento de índole mais participativo em Moçambique porque este propicia o envolvimento activo e directo dos grupos mais vulneráveis que normalmente são constituídos por aqueles que foram excluídos por várias razões, dos processos de desenvolvimento. Este grupo é constituído por cerca de 60% da população que vive em condições extremamente difíceis (Mandlhate,1991 citado por Valá,1998).

Todavia tem-se constatado que os insucessos de muitos projectos de desenvolvimento em Moçambique têm sido justificados muitas vezes como resultantes das minas existentes, ineficiência de investimentos; a planificação e implementação dos mesmos numa maneira inadequada, a insuficiência de medidas de apoio tanto quanto o baixo nível de participação da

comunidade nestes projectos, são aspectos que poucas vezes são citados ou identificados como responsáveis por isso.

Como diz Shepherd (S/d:197) a participação é muitas vezes propalada mas não demonstrada, daí que há necessidade de se desenvolver e aplicar indicadores que possam elucidar como a participação ocorre e qual o seu efeito sobre os participantes e a sociedade em geral.

Por outro lado tem sido sistemático observar que apesar de ONG's como a Sasakawa Global 2000 trabalharem em prol do desenvolvimento apelando às técnicas participativas onde o envolvimento das comunidades é incentivado e os slogans muito usados, ainda se registam fracassos nos seus programas e as comunidades continuam vivendo na linha da pobreza.

Com isso, porquê o governo, as ONG's e os seus parceiros não procuram implementar projectos de desenvolvimento de modo que estes sejam sustentáveis e vão de acordo com aquilo que constitui preocupação da comunidade de modo a proporcionar o desenvolvimento destas e quiçá do próprio projecto não procurando apenas satisfazer as aspirações dos seus doadores?

1.2.OBJECTIVOS DE ESTUDO

1.3.Objectivo geral:

Analisar até que ponto as comunidades rurais participam na implementação dos programas de desenvolvimento rural levados a cabo pela ONG Sasakawa Global 2000 e seus parceiros no Vale do Mandruze.

1.4. Objectivos específicos:

- Analisar as formas de interacção existentes entre o programa, as comunidades rurais tendo como estudo de caso políticas de distribuição de sementes –variedades melhoradas.
- Verificar quais foram os mecanismos, práticas adoptadas pelo projecto (agente desenvolvedor) no que concerne a distribuição das sementes, e os mecanismos de adopção/ recepção das mesmas por parte das comunidades (a Associação Agrícola do Vale do Mandruze).

- Saber qual é a percepção que as comunidades têm acerca das sementes melhoradas ora distribuídas.
- Perceber se a distribuição das sementes-variedades melhoradas a título de crédito a esta associação provocou algum impacto na produção agrícola.

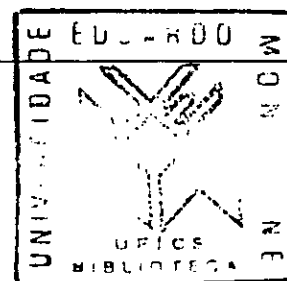
1.5. Justificativa do estudo:

A escolha deste tema deve-se ao facto de se observar que de um tempo para cá, muitas das agências que têm operado na área de desenvolvimento têm como uma das áreas prioritárias e de intervenção a agricultura (actividade praticada por mais da metade da população Moçambicana INE, 2001), integrando a componente sementes melhoradas que são distribuídas às comunidades a título de crédito como forma ou mecanismo alternativo que visa elevar os rendimentos produtivos, potenciar algum tipo de autonomia no seio das mesmas usando como metodologia de trabalho as técnicas participativas mas mesmo assim estas continuam a viver abaixo da linha da pobreza e dependentes dos donativos.

Sabe-se que nem sempre estas ONG's conseguem atingir os objectivos programados, ou o projecto não termina, e se termina é com muitos problemas ou ainda notam-se rescisões de contratos antes do período útil, daí que é pertinente analisar e estudar quais os factores que concorrem para que o insucesso destes projectos na área do desenvolvimento rural—concretamente no campo da agricultura sejam constantes, quais as responsabilidades e papéis que a comunidade tem neste processo.

E porquê o Vale de Mandruze para a realização do estudo?

O Vale de Mandruze, no Distrito de Dondo é uma zona que pelas suas características agroecológicas é conhecida como um grande potencial produtor de arroz ao nível da província de Sofala e também pelo facto desta se beneficiar de um programa de distribuição de Sementes melhoradas na Cultura do arroz que foi efectuada pela ONG denominada Sasakawa Global 2000 que implementou o seu projecto SG-2000. Mas é sabido que com o fenómeno das calamidades naturais tais como as cheias, secas as culturas agrícolas dos camponeses foram afectadas deixando estes sem stock de sementes que seriam utilizadas em campanhas posteriores.



Sabe-se que o projecto SG-2000 trabalhou neste vale com a Associação Agrícola do Vale do Mandruze usando como metodologia de trabalho a “participação comunitária” como um dos mecanismos que visava propiciar o “empowerment” no sentido de tentar garantir a melhoria da condição de vida da mesma, apesar disso estas não participaram directa e activamente na implementação e decurso deste projecto de desenvolvimento rural.

O nosso interesse em estudar a questão da participação comunitária nos projectos de desenvolvimento rural sob um olhar sócio-antropológico é feito no sentido de mostrar a pertinência da participação da população local na resolução dos problemas e necessidades que dizem respeito as suas próprias vidas, ver o alcance, debates e as intervenções levadas a cabo pelas ONG's, as formas de interacção existentes por forma a minimizar o problema da pobreza no meio rural com vista a abarcar as várias dimensões do social não se imiscuindo especificamente em aspectos técnicos.

Escolhemos o Período de 1998-2002 porque foi neste período que a ONG Sasakawa Global 2000 e seus parceiros distribuíram Sementes melhoradas na Cultura do arroz à Associação Agrícola do Vale do Mandruze no Dondo, introduzindo alguns pacotes tecnológico totalizando a implementação e uso de todo o pacote programado para esta área e para este tipo de cultura.

Tendo em conta estas como outras questões, pensamos que o Distrito de Dondo, concretamente o Vale do Mandruze, oferece dados suficientes que podem propiciar uma boa análise acerca da questão da participação da comunidade nos programas de desenvolvimento rural bem como o tipo de interacção existente entre os diversos intervenientes envolvidos neste processo.

1.6. Metodologia

Para a concretização deste projecto de pesquisa e tendo em conta os objectivos propostos para as análises, quatro foram os momentos fundamentais e interligados que compuseram as fases da nossa pesquisa nomeadamente a pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e por último a análise e redacção do relatório final.

Na fase da pesquisa exploratória procuramos formular e clarificar o projecto de pesquisa, dizer que esta fase foi muito importante porque contribuiu muito para a definição do nosso tema e objecto de estudo.

A fase da pesquisa bibliográfica foi-nos muito importante porque compreendeu a fase relativa a consulta de artigos, livros, documentos entre outros requisitos que permitiram e nos forneceram algum instrumental teórico que possibilitaram visualizar, analisar e compreender o nosso objecto de estudo. Nesta fase deparamos-nos em alguns momentos com a falta de algum material escrito acessível nas diversas instituições por nós consultadas nomeadamente as bibliotecas do CEP, CEA, UFICS, faculdade de LETRAS, entre outras situação que foi contornada e complementada fazendo recurso a fontes orais influenciando de algum modo os resultados da nossa pesquisa.

A terceira fase categorizamos como sendo a de trabalho de campo, contudo esta não pode ser vista como sendo a de observação participante, preferimos categorizar tendo em conta o tempo de permanência relativamente curto no terreno que foram de apenas duas semanas de trabalho como sendo a de observação não participante¹ usando o método qualitativo e como instrumento para a recolha dos dados as entrevistas semi-estruturadas como forma de permitir uma certa abertura por parte dos intervenientes envolvidos nesta pesquisa de modo que se sentisse mais a vontade e sem muita pressão por nossa parte e pelo contexto e situação em que a pesquisa decorria.

Esta foi uma fase indispensável para a concretização do nosso projecto de pesquisa, mas é de realçar que houve limitantes de várias ordens tais como: os dados foram recolhidos em apenas duas semanas onde dentro desse período fazíamos deslocações diárias de ida e volta ao Vale do Mandruze (porque não haviam disponibilidades e condições para permanência no terreno, acrescido de outros factores tais como: falta de alojamento, acesso fácil ao local e aos membros da Associação condicionado também pelo estado em que se encontrava a via de acesso², dificultando o acesso a outros membros da associação por se encontrarem do outro lado do vale.

Também fazem parte desse mesmo item a disponibilidade e concessão tardia das entrevistas por parte dos representantes, coordenadores e donos do projecto SG-2000 por se encontrarem com agenda preenchida e estarem ausentes da cidade de Maputo e do país por um período muito longo.

¹ Para a nossa pesquisa entendemos a fase de observação não participante como sendo aquela que implica a presença do investigador em algumas ocasiões em contacto com o grupo alvo, mas sempre este é considerado como um visitante, sendo o mesmo assim tratado; enquanto o inverso pressupõe que o investigador se integra e participa activamente nos afazeres do dia a dia do grupo como se fosse membro deste.

² O período era de chuvas e o vale encontrava-se completamente inundado e alagado.

Outros constrangimentos foram notados tais como falta de documentação escrita em alguns departamentos da DPADR-Sofala e DDADR-Dondo bem como no MADER tanto quanto o INIA, sem deixar de lado o próprio projecto SG-2000 que também não nos facultou relatórios que alguns representantes e coordenadores ao nível de Sofala alegaram ter enviado para a Sede no Maputo situação que foi minimizada fazendo recurso a fontes orais.

Relativamente aos relatórios produzidos pela SG-2000, até darmos por finalizada a pesquisa não nos foram cedidos por razões que categorizamos de pouco claras porque quando fazíamos a solicitação dos mesmos a justificação que nos era apresentada pelos coordenadores deste projecto deixaram muitas dúvidas em relação ao tipo de procedimentos seguidos por estes situação que também influenciou nos resultados da nossa pesquisa porque alguns dados que nos foram facultados não são exactos mas sim aproximados (o projecto actuou a muito tempo e as pessoas entrevistadas não tinham nenhum tipo de documento escrito usavam alguns dados ou informações que conseguiam se recordar) razão pela qual estes foram nos cedidos com base na oralidade.

Por último tivemos a fase da análise, interpretação dos dados de campo que foi acompanhada posteriormente pela redacção do relatório final. Para a análise de dados (os resultados) recorreu-se ao método descritivo, isto é, resumiram-se e analisaram-se as notas tomadas e gravadas no campo.

Tendo em conta estes pressupostos e os objectivos do projecto de pesquisa dizer que os grupos alvos de estudo foram constituídos por seguintes componentes: membros, funcionários e representantes de instituições governamentais (a DPADR –Sofala e DDADR-Dondo), parceiros, coordenadores ligados ao projecto SG-2000, membros da Associação Agrícola do Vale do Mandruze e outras instituições ligadas ao projecto.

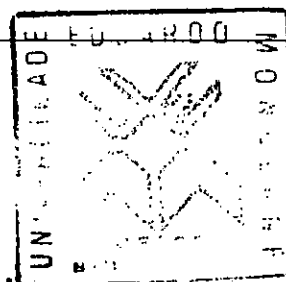
Relativamente à selecção dos entrevistados foram usados vários métodos. Quanto às instituições governamentais e outras ligadas directamente ao projecto bem como ao próprio projecto SG-2000 usou-se a escolha intencional (que consistiu num direccionamento feito aos próprios representantes, coordenadores, executores e acompanhantes do projecto fruto das informações nos facultadas por indivíduos que tiveram algum tipo de relacionamento com o projecto).

No que diz respeito à Associação Agrícola do vale do Mandruze nas pessoas do presidente e tesoureiro a escolha foi intencional; mas em relação aos restantes membros a escolha foi aleatória e algumas foram feitas ao acaso porque a acessibilidade aos mesmos foi condicionado por factores de vária ordem tais como ausências constantes dos restantes membros, falta de acesso às suas residências e/ ou machambas.

1.7. Hipóteses

Tomando em conta as consultas bibliográficas, conversas efectuadas com alguns especialistas na área do desenvolvimento rural e os objectivos propostos para a nossa pesquisa foram levantadas três grandes hipóteses que suportaram a nossa pesquisa, a saber:

- ✓ — As Comunidades não participam activamente na implementação dos projectos de Desenvolvimento Rural adoptados pela SG-2000 porque o seu baixo nível organizacional dificulta e enfraquece a interacção existente entre estas e o projecto.
- ✓ — As Comunidades quando recebem as sementes – variedades melhoradas gratuitamente não as utilizam de acordo com as instruções das instituições que as distribuem, daí que a SG-2000 introduziu o mecanismo de concessão das mesmas a título de crédito como forma destas passarem a fazê-lo.
- ✓ — As comunidades não se sentem como parte integrante dos programas de desenvolvimento adoptados pela SG-2000 porque não lhes são dadas oportunidades para diálogo e apresentação de preocupações, problemas e suas necessidades.



CAPÍTULO.II.

2.1. REVISÃO DA LITERATURA

Relativamente ao tema que nos propomos analisar “participação comunitária e desenvolvimento rural”, é de realçar que dos vários estudos existentes acerca desta questão, tivemos acesso e privilegiamos na sua maioria aqueles em que os autores priorizam nas suas análises sociais e antropológicas a ideia segundo a qual, “a questão do desenvolvimento” não pode ser vista somente numa perspectiva economicista, mas também outras componentes e vertentes no campo do desenvolvimento merecem atenção no sentido de se abarcar a totalidade social.

O desenvolvimento deveria ser construído e sustentado a partir das bases de sustentação que são as próprias comunidades daí a questão da participação comunitária ser considerada como um dos mecanismos fundamentais para ser analisado e compreendido tendo em conta os projectos de desenvolvimento rural implementados em Moçambique.

Mediante este tipo de problemáticas, várias são as abordagens que sustentam a questão da participação não só para o desenvolvimento mas também para realização de algumas pesquisas e investigações.

Segundo Shepherd³, a participação requer mudança de atitude, entendimento, humildade e paciência. Este autor também defende a ideia segundo a qual tanto as ONG's como o Governo têm de ter regras que promovam a participação, sendo necessário que se envolvam mais as comunidades e outras organizações existentes para responder as necessidades locais.

Por sua vez Thompson (1998), diz que muitas das inovações e realizações em pesquisas participativas e desenvolvimento têm emergido do terceiro sector⁴, e que as mesmas organizações manejam normalmente pequenos programas com pequenos orçamentos, em pequenas áreas de acção e consequentemente alcançam resultados palpáveis.

Existem várias razões que levam ao aumento de interesse por parte das agências do sector público a optar por modelos participativos, sendo três considerados mais relevantes a saber:

³ Este artigo ou revista está em péssimas condições de conservação por isso está muito difícil ver o ano da edição, mais pelo tipo de assunto que aborda achamos útil para o presente trabalho

⁴Na acepção de Silva e Aguiar (1997) Terceiro sector designam-se as organizações que actuam geral e efectivamente em acções sociais, na busca de benefícios colectivos públicos, e que podem ser consideradas como de utilidade pública e capazes de auxiliar o estado no cumprimento dos seus deveres, atentando para as desigualdades vigentes no país e incapacidade do estado de desempenhar com eficiência as actividades que lhes são atribuídas.

A primeira afirma que a participação passou a fazer parte dos ideais de “boa governação”, democracias ou “empowerment” que muitas vezes forçam ou obrigam muitos países do terceiro mundo a reduzirem os serviços sociais e a capacitarem a sociedade para a sua provisão directa de serviços (Boer and Rooimans, 1994; Due,1993; Helleimer,1992; citados por Thompson (1998).

Em relação à eficiência, os governos procuram fazer mais gastando menos. Em alguns casos os governos conseguem isso estabelecendo parcerias com organizações do terceiro sector, adoptando novas formas de participação que dão a população local mais controle sobre recursos e processo de desenvolvimento (Farrington and Bebbing, 1993, 1994; Trepp, Cabarle and Zazueta, 1994, citados por Thompson (1998).

A segunda enaltece a ideia segundo a qual a ajuda comunitária internacional, tem influenciado os governos do terceiro mundo a desenvolver interesse em técnicas participativas. Doadores frequentemente impõem condições nas doações e empréstimos aos países em desenvolvimento para que apliquem modelos de participação em programas e projectos de desenvolvimento. O recurso a estas modalidades são tentativas com finalidade de se criar um processo decisório no qual há presença de organizações locais e associações que sejam mais abertas no processo político (Bowles,1989;Groundes,1994; citados por Thompson (1998).

A terceira reconhece o fracasso dos modelos de desenvolvimento adoptados no passado. Entretanto há mais de duas décadas, muitas estratégias de desenvolvimento têm se mostrado ineficazes isto significa que não vão de encontro com as necessidades básicas da população vulnerável que é a mais numerosa (Chambers,1995; Doyal and Gough,1991; Kates and Haarman,1992; Wisner and Yapa,1992 citados por Thompson (1998).

Tendo em conta este grande leque de ideais, tem se afirmado que as ONG's têm sido normalmente referenciadas e vistas como sendo as promotoras das mudanças que se têm verificado em termos de métodos de elaboração e implementação de programas e projectos de desenvolvimento. Esta posição vem sendo muito contestada porque ainda existe muita polémica acerca da validade e sustentabilidade dos métodos empregues pelas ONG's sobretudo nas zonas Rurais.

Relativamente aos trabalhos escritos sobre a questão da participação comunitária e desenvolvimento em Moçambique destaca-se a obra de Chichava (1999), onde acerca desta

questão fala da presença dos grupos dinamizadores (GD's), procurando mostrar a legitimidade que estes tinham em Moçambique no tocante as formas de organização e participação das comunidades nas tarefas de desenvolvimento e gestão urbanas.

Contudo Valá (1998) no seu artigo com o título "Os imperativos da participação comunitária no desenvolvimento rural" em relação a esta problemática diz que o conceito "participação comunitária" vem ganhando por parte dos governantes e agências internacionais uma importância e aceitação tal que de maneira geral ele mostra o quão é importante envolver as comunidades nos programas de desenvolvimento rural, argumentando que estas são as que melhor conhecem os seus problemas, sabem quais são as prioridades em termos de desenvolvimento das suas localidades, podem e têm capacidades alternativas na solução dos seus problemas.

Ainda em relação ao mesmo assunto, este autor mostra alguns contributos que o INDER fez na promoção da participação comunitária na Zambézia, Tete e Sofala, sem focalizar um caso específico apenas fazendo uma abordagem geral e superficial em torno desta problemática.

Por sua vez Kisil (1997) em relação a este assunto fala da necessidade da participação da comunidade como sendo um requisito político que garante a participação do cidadão, especialmente daqueles até então excluídos do processo de desenvolvimento na actuação directa de identificação e solução dos seus próprios problemas no sentido de que estes devem ser capacitados para participar no processo de desenvolvimento.

O mesmo autor continua dizendo que as tecnologias devem estar adequadas e seleccionadas às circunstâncias e aos problemas a serem enfrentados, no sentido de que as comunidades possam resolver seus problemas que são essenciais para que se registre o processo de desenvolvimento.

Entretanto estudos feitos por Pijenburg e Nhantumbo (1998) em relação às experiências com participação comunitária em vinte e três organizações em Moçambique, analisaram e chegaram a concluir que o uso das abordagens participativas neste país é motivado pelas seguintes situações:

- A Participação permite melhor conhecimento da realidade que é mediatizada através do contacto directo com a população;
- A participação permite melhor planificação no sentido de que há eficiência na implementação, garantia e sustentabilidade, porque garante que os planos sejam relevantes para a comunidade;

-A planificação participativa cria um sentido de posse de decisão e responsabilidade na implementação porque, a população escolhe e determina as prioridades, onde as decisões são assumidas pela população pois, são suas e comprometem-se a implementá-la;

Por último estes autores viram a participação como sendo um mecanismo que permite a capacitação da população na resolução dos seus próprios problemas, onde, desse modo, a população ganha a habilidade para tomar conta do seu destino.

A relevância desta abordagem para a nossa pesquisa tem a ver pelo facto desta poder nos mostrar como e porquê se recorre cada vez mais as técnicas participativas quando os projectos de desenvolvimento incidem sob as comunidades como forma de dar algum tipo de prioridades de modo a que estas se sintam parte integrante e colaborem com estes na identificação e resolução dos seus problemas.

2.2. QUADRO CONCEPTUAL

Em virtude da necessidade de busca de uma compreensão mais profunda da questão que constitui o objecto deste estudo, identificamos alguns conceitos que achamos serem importantes para a nossa pesquisa nomeadamente: Participação, Comunidade, Participação Comunitária, Sementes-variedades-melhoradas, Desenvolvimento Rural.

2.3. Participação

Por Participação entende-se segundo a Carta Africana (assinada em 1990 em Arusha, Tanzânia) que versa a questão da participação popular no Desenvolvimento e transformação, o mecanismo segundo a qual esta significa o envolvimento das populações na avaliação da realidade e das condições de vida, no planeamento das acções a tomar, no contrato, desfrute e avaliação dos resultados.

Tendo em conta esta perspectiva a participação é vista como um direito fundamental das populações porque contribui para a tomada de decisões das mesmas (Ballerstaedt,1999).

A noção de participação muitas vezes tem significado a acção de fazer parte integrante, ou associar-se pelo pensamento. Aliando a esta visão Pretty (1995) diz que a participação não significa apenas simples acção da aplicação mecânica da técnica participativa ou, do método participativo este autor considera esta muito mais abrangente do que isso, pois vê como um processo contínuo de diálogo, acção, análise e troca.

Para Pretty, a via do método participativo pode conduzir a um maior sucesso da actuação, na medida em que permite e implica a acção e a participação dos intervenientes na discussão dos princípios a utilizar e da sua adequação. Assim sendo, o princípio básico de participação é a tomada de consideração da experiência e conhecimento dos participantes e a recuperação dos saberes locais, o reconhecimento dos actores como parte activa e integrante de produção de conhecimento enquanto experiência.

Segundo Edgerton et al (2000) a participação é vista como um processo não uniforme mediante o qual os interessados influenciam e controlam conjuntamente iniciativas, decisões e recursos que os afectam.

Mediante uma miríade de concepções em torno do que seja a noção de “participação” para o presente trabalho situarmos-nos na noção de participação como o acto de tomar parte, de inclusão, tanto por pensamento como por acção, pelo que se adopta a tipologia de Pretty (1995), mais detalhada por Adnan et al (1992) nas suas acepções seguintes:

-Participação passiva— as pessoas participam depois de ouvir dizer o que se vai passar ou o que se passou;

-Participação por informação- as pessoas participam respondendo ás perguntas feitas por investigadores;

-Participação por consulta- peritos externos depois de recolher as opiniões da comunidade, analisam a informação e decidem o que fazer;

-Participação por incentivos materiais- as pessoas participam mediante um incentivo que lhes são fornecidos como recompensa do trabalho executado, ex: comida pelo trabalho;

-Participação funcional- as pessoas vão formando grupo para irem ao encontro dos objectivos pretendidos;

-Participação interactiva- as pessoas participam em análises conjuntas que conduzem ao definir de plano de acção;

Participação por auto mobilização- as pessoas, face as iniciativas externas mobilizam-se para alterar o “*statu quo*” presente.

2.4. Comunidade

Comunidade é um conceito que já existe a vários séculos, actualmente é dos mais usados em questões relacionadas com desenvolvimento. A sua definição ou problematização apresenta diversas perspectivas consoante diversos autores.

Perante a situação acima descrita destacar-se-ão os seguintes conceitos para a presente pesquisa. Fruto de vários estudos o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1944), criou uma tipologia onde procurou e estabeleceu uma dicotomia entre aquilo que ele veio a chamar e considerar de comunidade (Gemeinschaft), e por outro lado a sociedade (Gesellschaft).

O mesmo autor defendeu a ideia segundo a qual a comunidade repousava em três vectores principais sendo: o sangue, a vizinhança e a amizade. Ele veio a considerar o sangue como sendo o elemento constitutivo do trabalho e a crença, sua base de construção. Por outro lado defendeu ainda a ideia segundo a qual a sociedade era marcada pela competição e conflito, onde os indivíduos estão vinculados e divididos.

Aqui este autor quis nos mostrar ser na comunidade o local onde se registam e se praticam mais solidariedade, é onde existe mais aproximação e convivência entre os indivíduos, sem com isto querer dizer que não haja conflitos e divisões como existem na sociedade.

Por sua vez Chichava (1999) analisou este conceito numa perspectiva desenvolvimentista, onde considera a comunidade como sendo “uma forma específica de associação humana: um grupo social definido com base étnica, religiosa, casta, língua, residência, onde o grupo alvo ou grupo potencial tende a ser promovido no decurso de um dado projecto ou programa”.

O mesmo autor vê ainda a Comunidade como um importante elemento nas ideologias políticas modernas. Isto significa um cometimento aos interesses e bem estar da maioria da população (normalmente a mais desfavorecida), referindo-se também às políticas e estratégias de desenvolvimento das populações no planeamento e execução de projectos individuais e programas gerais.

No entanto Valá (1998) define ou designa a comunidade como sendo “um determinado grupo populacional que habita um espaço físico específico, que comunga os mesmos recursos em seu próprio benefício, podendo ou não ter uma forma específica de organização social”. Uma comunidade é um grupo de pessoas que vivem na mesma área geográfica partilhando, muitas

vezes, objectivos, interesses e valores comuns (crenças, costumes, hábitos, língua, representações, artefactos, etc.).

A tipologia adoptada por Chichava (1999), é mais abrangente e adequa-se a nossa pesquisa pelo facto de ser vista na perspectiva desenvolvimentista e também pelo enfoque abrangendo assim a população desfavorecida, razão pela qual adoptamos para a mesma.

2.5. Participação Comunitária

Os projectos de desenvolvimento Rural que usam como lema a participação comunitária, são vistos como os que oferecem uma oportunidade no sentido de criar uma autonomia nos cidadãos para mobilizar recursos e poder para o bem estar comum da colectividade. Uma comunidade com poderes é uma comunidade que tem domínio sobre o seu desenvolvimento.

Neste âmbito é de notar que segundo Ioschpe et al (1997) não há uma interpretação única para se entender o processo de participação comunitária que tenha sido aceite universalmente no trabalho de desenvolvimento social, de fato, há uma variedade e interpretações diferentes, cada um dando origem a uma forma diferente de prática.

Por sua vez, Valá (1997) no seu artigo "os imperativos da participação comunitária" publicado no jornal DOMINGO⁵, defende a ideia de que a participação comunitária é um processo segundo o qual os membros de uma determinada comunidade participam de forma activa e organizada na identificação e análise dos seus problemas, busca de soluções alternativas, mobilização de recursos e realização de intervenções de desenvolvimento.

A Participação Comunitária é um processo interactivo em que a população toma iniciativas e acções que são estimuladas pelo seu conhecimento, pensamento e decisão e, ainda, o que ela poderá influenciar. Com isto quer dizer que participação não é apenas uma forma diferente ou um instrumento para implementar projectos de desenvolvimento desenhados pelo governo ou outros organismos, mas sim uma aproximação ao desenvolvimento que envolva os beneficiários na criação de condições para o seu bem estar, como eles mesmos os concebem.

Para o mesmo autor a participação comunitária é muito importante pela necessidade de envolver directamente as comunidades locais nos processos de desenvolvimento, ela significa muito mais do que auscultação ocasional da população sobre acções específicas, e ainda mais implica uma

⁵ in Domingo, pg. 18, 11.01.1997, nº 833.

autonomia local, requer a existência de organizações voluntárias ao nível da base, enraizadas na tradição e cultura locais, com lideranças próprias e legítimas, com pleno envolvimento da mulher e assente na inclusão social.

Tendo em conta o nosso objecto de estudo, para o presente trabalho adoptamos a tipologia discutida e defendida pelo Valá (1997) pelo conteúdo, maior abrangência e pelo facto da participação comunitária significar muito mais do que uma auscultação ocasional da população sobre acções específicas, no sentido de que ela deve incorporar outras componentes que possam servir de base para o sucesso dos projectos de desenvolvimento em Moçambique por ex: requer a existência de organizações voluntárias ao nível da base, enraizadas nas tradições e culturas locais, com lideranças próprias e legítimas, com pleno envolvimento da mulher e assente na inclusão social entre outros requisitos.

2.6. Sementes, Variedades – Melhoradas

Segundo a concepção desenvolvida pelo MAP (1997) no seu artigo com o título “ Política e Estratégia para o Sub-sector de Sementes em Moçambique” as sementes, variedades melhoradas são consideradas todas as sementes cujas características genéticas/fisiológicas (pureza varietal, vigor, pragas) e /ou físicas (pureza, tamanho) são conhecidas e superiores às da semente própria. É todo e qualquer tipo de material que pode ser usado para a propagação e perpetuação da espécie vegetal, que está provida de mecanismos e/ ou gênes para resistir a condições adversas e/ ou aumentar a produtividade.

Pela natureza dos debates que giram em torno desta questão e pelo facto de se registar uma relativa falta de artigos e informações escritas que versam sobre esta questão, conversas informais foram feitas a alguns especialistas nesta área como forma de obtermos uma clarificação e informações de modo a servir de suporte para a nossa pesquisa.

“Por oposição as sementes consideradas de tradicionais, sementes Variedades melhoradas – são variedades produto de um trabalho de melhoramento genético ou não, orientado para a obtenção de características mais procuradas tais como”:

- Alto rendimento por hectare
- Resistência às doenças e pragas.
- Resistência às intempéries climáticas

-Precocidade.

“É de notar que as características mais procuradas são obtidas na base de factores dominantes nos processos de cruzamento com finalidade e busca da nova variedade melhorada muitas vezes considerada como sendo pura” (Zandamela e Diogo)⁶.

Para a nossa pesquisa adoptamos as acepções fornecidas pelos engenheiros Diogo e Zandamela segundo as quais sementes melhoradas são o produto dum trabalho de melhoramento podendo ser genético ou não com finalidades de obtenção de altos rendimentos por hectare com vista ao aumento da produtividade, resistência às intempéries climáticas, pelo fácil entendimento e percepção que esta pode proporcionar e fornecer para a nossa pesquisa.

2.7. Desenvolvimento Rural

Falar sobre a problemática do Desenvolvimento em Moçambique implica abordar a questão do Desenvolvimento Rural sob vários prismas, interpretações e significados e deve ser visto como um processo contínuo e inacabado.

Desenvolvimento Rural segundo Valá (1997), significa uma profunda mudança das estruturas sociais e económicas, das instituições, processos e relações em qualquer zona rural. Ele tem como metas não apenas o crescimento agrícola e económico em sentido estrito, mas também um desenvolvimento social e económico equilibrado. O Desenvolvimento rural não pode ser fragmentado em aspectos económicos, em aspectos de saúde, em aspectos de segurança, em aspectos ambientais ou quaisquer outros isoladamente, pois tudo está ligado funcionalmente no contexto dum ecossistema.

O mesmo autor diz que, Desenvolvimento Rural implica o planeamento e o manejo das actividades de desenvolvimento dentro duma zona ecológica ou geográfica de tal forma que as infra-estruturas e a ocupação física do espaço, a utilização dos recursos naturais, a produção económica e a organização social estejam devidamente coordenadas e os objectivos múltiplos sejam satisfeitos de uma forma comparável e interactiva.

Chambers (1995) identifica o desenvolvimento rural como os serviços das necessidades básicas tais como a saúde, a educação, o transporte, a alimentação e o abastecimento de água às populações rurais.

⁶Definição obtida apartir de comunicação oral com Engenheiro Zandamela e Doutor Diogo ,no dia 05.05.03-MADER-Maputo.

Mas em contrapartida procura dar um pouco de adequação e iniciativa às populações rurais quando diz em relação ao mesmo que; o desenvolvimento rural é uma estratégia destinada a capacitar um grupo específico de pessoas, mulheres e homens rurais pobres, para ganharem para si e para seus filhos mais do que desejam para a sua sobrevivência. Isto tudo implica ajudar aos mais pobres dentre os que procuram um meio de subsistência nas áreas rurais e ter uma exigência e controlo sobre os benefícios de desenvolvimento no sentido de que estes se reflectam sobre as suas vidas. O grupo inclui pequenos agricultores, arrendatários e os sem terra.

A tipologia de Chambers (1995) é mais elucidativa para o nosso trabalho porque esta versa e dá algum tipo de poder de decisão aos beneficiários no sentido de que o desenvolvimento rural deve ser considerado como um mecanismo que proporciona algum tipo de oportunidade a camada desfavorecida ou ainda a aqueles que se sentem excluídos dos processos produtivos, adequando-as às condições locais e do meio onde se encontram inseridas.

CAPÍTULO.III.

3.1. REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Em relação à construção do modelo teórico, o nosso estudo tem como base às teorias de interacção, particularmente o interaccionismo simbólico na perspectiva de Erving Goffman, George Herbert Mead e a etnometodologia na perspectiva de Harold Garfinkel., tomando em conta a participação comunitária nos projectos de desenvolvimento rural.

Quer a etnometodologia quer o interaccionismo simbólico, se preocupam com a abordagem microsociológica e antropológica enfatizando o comportamento humano num contexto de interacção social.

O interaccionismo simbólico é uma abordagem teórica desenvolvida por Mead (1863-1931), que enfatiza fortemente o papel dos símbolos e da linguagem como elementos centrais de toda a interacção. Mead inicia o seu projecto com o conceito de self na base da crítica ao behaviorismo, estabelecendo a distinção entre as formas de comportamento dos infra-humanos (designação pela qual refere os animais irracionais e as crianças) e as formas dos comportamentos humanos (Ferreira et al., 1995).

É sobre esta perspectiva de Mead que se vai desenvolver o pensamento de Goffman contrariando alguns aspectos propostos por Mead. Portanto, Goffman vai optar por fazer uma análise dramaturgica, tendo como base a interacção face a face ou a situação de co-presença física. Goffman transforma o conceito de self de Mead em selves, pois na sua analogia com uma representação teatral, o indivíduo pode assumir vários papéis como afirma Ferreira:

Na óptica de Goffman, a interacção social ainda que constituindo um processo comunicativo decorrente de um universo simbólico que os actores sociais partilham, não é entendida como uma simples actividade cooperativa que garante a adaptação do indivíduo à sociedade, mas fundamentalmente como uma representação, pela qual o self se transforma em selves. A perspectiva unitária da pessoa defendida por Mead, transforma-se no quadro conceptual de Goffman, em persona-máscara. (Ferreira et al., 1995).

Entretanto, George Herbert Mead (1863-1931) citado por Ferreira et all (1995), assenta a ideia segundo a qual a essência do interaccionismo simbólico está patente no mecanismo e características do processo de socialização onde se obedece a um trajecto em que a aquisição da consciência de si, ou seja, da consciência reflexiva, se articula num processo em que pela

imitação, se adquire progressivamente uma linguagem, e esta permite, pelo reconhecimento e partilha de significados, a identificação dos papéis e a aprendizagem das normas e das regras que regulam a interacção social, sem que no entanto o indivíduo se transforme num agente passivo da sua própria existência.

O mesmo autor diz que a interacção social pode assumir duas formas:

A primeira que é a Conversão de Gestos, podendo ser esta conversão não significativa, onde o indivíduo responde imediata ou directamente; e a significativa, que é aquela que não tem uma resposta directa e imediata, ou seja, aquela que precisa de ser interpretada para poder ter resposta.

A segunda é a Interacção Simbólica, que é aquela que representa o domínio em que os indivíduos, para responder aos gestos e acções dos outros, precisam de usar e interpretar os símbolos que esses gestos e acções representam. Mas, para que se produza uma interacção social, não basta haver apenas símbolos, é necessário que sejam significantes para os actores, ou seja, que tenham um significado comum.

Tendo em consideração que a perspectiva do interaccionismo simbólico tem como um dos fundamentos básicos o processo de socialização, para a nossa pesquisa este processo tem como base a transmissão de conhecimentos e ensinamentos “in puts” do agente desenvolvedor (o projecto SG-2000 e seus parceiros) para o grupo alvo, neste caso os beneficiários (a Associação Agrícola do Vale do Mandruze) e vice-versa e isto ajudar-nos á a compreender como é que são transferidos estes conhecimentos dum actor para o outro, como é que são recebidos e interpretados pela comunidade, que símbolos são e podem ser utilizados para manter e conseguir a coesão do grupo tendo em conta o processo de interacção existentes entre o agente desenvolvedor e a comunidade num determinado contexto.

Por sua vez, a etnometodologia, é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas acções do dia a dia comunicar-se, tomar decisões, raciocinar (Coulon, 1995). Portanto, a etnometodologia analisa as crenças e os comportamentos do senso comum como constituintes necessários do “comportamento socialmente organizado” (Coulon, 1995). Para Coulon, a etnometodologia mostra que temos à nossa disposição a possibilidade de apreender de maneira adequada aquilo que fazemos para organizar a nossa existência.

Em relação a etnometodologia interessa-nos no contexto do presente trabalho a maneira como os indivíduos, no processo de interacção social constroem o seu mundo social e também pelo facto de ser a partir desta que todo processo de interacção social dá continuidade e é completada. No caso concreto da "participação comunitária nos projectos de desenvolvimento rural" pretendemos compreender e analisar como a interacção social é efectuada, que tipo de seguimento e continuidade tem, e qual é o papel da comunidade neste processo.

3.2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Cidade do Dondo localiza-se na Província de Sofala, a 30 kms da cidade da Beira; está limitada ao norte pelo posto administrativo de Mafambisse, a Sul com a cidade da Beira através do eixo do leito do rio púngue, a Este confina com a localidade de Chinamacondo e a Oeste com o distrito do Búzi, através do rio Púngue e Mezimbite.

Com uma área de 382 km² e uma população estimada em 71.644 habitantes⁷ a cidade do Dondo é composta por 10 bairros nomeadamente: Canhandula; Central; Centro emissor; Consito; Macharote; Mafarinha; Mandruze; Nhamainga; Nhamaiabwe; e Samora Machel.

A Área do vale do Mandruze localiza-se ao Sul do Distrito do Dondo, cabendo uma distância de 12 kms partindo da vila até ao vale, o relevo predominante é planície com a vegetação do tipo savana, os solos apresentam características edafológicas com solos aluvionais, onde o clima é tropical húmido com precipitação anual variando entre os 700 a 1400mm³, e com temperaturas máximas de 32° e as mínimas de 20°.⁸

O Vale de Mandruze surgiu e passou a ser muito conhecido como uma zona com grande potencial na produção da cultura do arroz num contexto em que a ONG denominada AFRICARE se disponibilizou e investiu nesta zona montando uma motobomba, diques e os respectivos canais de drenagens para fins de irrigação dos campos através dum método simples que foi de parcelamento de algumas terras próximas do canal distribuindo às pessoas que se disponibilizaram ajudando e dando seu contributo em força de trabalho na construção do canal e dos diques, nos anos 90, 91 em diante.

Este processo ou mecanismo usado pela AFRICARE teve aderência por parte da população do distrito do Dondo, na altura (porque actualmente Dondo ascendeu á categoria de

⁷ Dados retirados do censo populacional de 1997.

⁸ In balanço anual das actividades realizadas em 2002 da D.D.A.D.R-Dondo, com o suporte informativo do Planeamento físico do distrito do Dondo.

cidade), proporcionando deste modo o incentivo a participação da comunidade na construção e preservação das infra-estruturas montadas e como forma de o projecto ser sustentável houve um apelo no sentido de que as pessoas envolvidas neste processo se organizassem em grupos e formassem uma associação. Uma vez consumado os seus objectivos a AFRICARE retirou-se do vale deixando o mesmo sob responsabilidade dos camponeses associados que deram continuidade ao projecto e foi a partir deste processo que nasceram as primeiras associações que trabalhavam nesta zona sendo as seguintes: A Associação João de Deus e a Associação do Albano.⁹

É de realçar que com os problemas das secas observadas nos anos 1993,94,95 o ano em que a ONG AFRICARE retira-se por completo do vale do Mandruze, agravado pela avaria da motobomba, muitos camponeses que trabalhavam nesta zona abandonaram o vale à procura de melhores condições para a produção. A partir desta situação o vale passou a ser gerido pelo GAPPO(Gabinete de Apoio á Produção).¹⁰

Tendo em conta o tipo de actividades praticadas no vale do Mandruze e a metodologia de trabalho adoptada pela AFRICARE constatamos que o apelo às técnicas participativas emergiram a partir deste acontecimento como ilustra a informação seguinte:

“..Quanto ao nosso ponto de vista, o incentivo e apelo as técnicas participativas começaram neste vale motivadas e conduzidas numa primeira fase pela ONG AFRICARE e posteriormente por outras entidades que também fizeram o uso do Vale para a produção do arroz entre outras culturas.”¹¹

⁹ Em entrevista com Sr:Sithole membro, tesoureiro e presidente da associação agrícola do vale do Mandruze, no dia 24.04.03-Dondo, Mandruze.

¹⁰ Idem.

¹¹ Entrevista com Eng.º Coimbra, coordenador Provincial do projecto Sg-2000-Sofala ,no dia 26.04.03-Beira.

CAPÍTULO.IV

4.1. RESULTADOS

4.2. Implementação do Projecto SG-2000 no Vale do Mandruze

A Sasakawa Global 2000 é uma ONG Japonesa com fins não lucrativos que implantou seu projecto no vale do Mandruze na área da agricultura, integrando a componente de sementes melhoradas estando motivada e interessada no cultivo da cultura do arroz, pretendendo alcançar os seguintes objectivos:

- Introduzir e difundir as tecnologias melhoradas no que diz respeito às sementes— variedades melhoradas, na cultura do arroz;
- Oferecer a oportunidade dos camponeses em aumentar os rendimentos produtivos e a produtividade usando menor esforço (agricultura de conservação);
- Minimizar os custos no que tocava ao processo produtivo(usando a tecnologia Know tillage¹²);
- Criar facilidades de concessão de créditos ao sector familiar no ramo da agricultura entre outros;
- Criar oportunidades de aproximação entre os vendedores\fornecedores de insumos agrícolas e os camponeses¹³.

Este tipo de projecto por ser considerado viável pela DDADR-Dondo, porque acreditava-se que iria contribuir para o desenvolvimento da comunidade, neste caso os pequenos agricultores proporcionando mecanismos que conduzissem a aquisição do “empowerment”, facilitando o acesso ao crédito agrícola bem como aos referidos insumos, garantindo assim a segurança alimentar, o mesmo foi aceite no âmbito dos contratos assinados entre este e a DDADR, representada pela parte do governo.¹⁴

Em finais de 1997, foi implementado o programa no terreno, de referir que nos princípios da implementação do mesmo houve uma deficiente articulação entre o projecto, os parceiros e a associação porque o projecto chegou ao local ligeiramente tarde, não tinham as bases bem definidas, os parceiros ainda não estavam bem definidos e nem nutriam algum tipo de confiança

¹² Consiste na preparação e lavoura dos campos de cultivo sem revolver a terra pondo um herbicida que mata o capim, este capim não é retirado para servir como fertilizante após a sua permanência e decomposição na terra por uma ou uma semana e meia , este processo permite que não se faça queimadas passando o mesmo capim a servir de cobertor para tapar o solo evitando deste modo o excesso de evaporação da água contida na terra.

¹³ Dados retirados em entrevista com o Sr: Ilídio, ex-director distrital de agricultura e desenvolvimento rural do Dondo, no dia 18.04.03-Beira.

¹⁴ Idem.

em relação ao investimento que iriam fazer, estavam hesitantes em desperdiçar muito dinheiro e oportunidades de obter o retorno do investimento que seria cedido, e os mesmos não estavam em alturas de fornecer os insumos aos camponeses a tempo e hora.¹⁵

Contudo, foi indigitado um camponês (que por coincidência era um comerciante influente na zona e retalhista da Semoc) para servir de elo de ligação entre os fornecedores dos insumos, o projecto e a Associação Agrícola do Vale do Mandruze., cabendo a este a tarefa de alocação dos produtos aos camponeses (registando as quantidades fornecidas, o número de camponeses abrangidos, etc.) tendo este por fim ficado ainda com a responsabilidade pela colecta do dinheiro porque segundo nos informaram os insumos ora distribuídos foram cedidos a título de crédito.¹⁶

O que se verificou é que no meio deste processo todo registou-se um conflito envolvendo os camponeses membros da associação e o comerciante no acto do pagamento das dívidas movido pelas seguintes razões: Por parte do comerciante, este alegou os camponeses não quererem pagar as dívidas porque eram infieis, não honravam os seus compromissos (tendo este culpabilizado mais a parte dirigente da associação, nomeadamente o presidente e o tesoureiro) alegando que estes eram os que entravam em contacto directo com o comerciante e sabiam de antemão que os produtos distribuídos deviam ser pagos mas mesmo assim não pagaram.

Por parte dos membros da associação estes não pagaram (apesar de existir alguns que já haviam efectuado algum tipo de pagamento em produtos), alegando não haver transparência na celebração dos contractos, havia muita discrepância em relação aos preços que estavam sendo cobrados, também consideraram os preços ora em cobrança como sendo muito elevados relativamente ao preço equivalente das quantidades dos produtos que foram distribuídos, entre outras razões¹⁷.

Relativamente ao mecanismo e a forma como o projecto foi direccionado a esta comunidade, segundo informações colhidas no terreno ficamos a saber que o programa quando se dirigiu ao

¹⁵ Idem.

¹⁶ Dados retirados em entrevista com o Sr: Zacarias, membro da associação agrícola do vale do Mandruze no dia 16.04.03, Dondo, Vale do Mandruze.

¹⁷ Entrevista com o Sr: Ilídio, ex-director distrital de agricultura e desenvolvimento rural do Dondo, no dia 18.04.03-Beira.

vale, uma vez lá chegado começaram por explicar quais eram os objectivos do programa ao distribuir sementes melhoradas, sem procurar saber da população quais eram as suas necessidades entre outras formalidades, daí começaram a efectuar a distribuição das sementes na modalidade pelo programa preconizado; este tipo de procedimento foi por nós considerado e categorizado como sendo de participação passiva. Este mecanismo condicionou ou deu campo a existência de uma deficiente articulação e interacção entre o projecto e a comunidade por causa dos resultados obtidos e a reacção demonstrada pelos membros da Associação Agrícola do Vale do Mandruze.

Como lembra Valá (1998), “As comunidades rurais não devem ser vistas como recipientes passivos de acções do governo, empresas ou ONG’s/ projectos, é preciso fazer dos habitantes locais participantes motivados (activos) em vez de simples beneficiários colaterais”.

Esta situação de deficiente articulação, falta de informação ou falta de envolvimento directo da comunidade na implementação e execução deste projecto contribuiu para surgimento de conflitos no vale do Mandruze envolvendo a Associação Agrícola do Vale do Mandruze e o projecto SG-2000.

Tendo em conta a situação encontrada no terreno, tivemos informações segundo as quais a referida área era muito apropriada para o cultivo do arroz daí que em parceria com a Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Dondo celebrou-se um acordo e parceria no sentido de que a D.D.A.D.R-do Dondo devia funcionar como elo de ligação entre o projecto e a “Associação Agrícola do Vale do Mandruze” no que dizia respeito a fiscalização do projecto, garantias da efectividade e funcionamento do mesmo tendo em conta os objectivos planeados pelo agente desenvolvedor-a SG-2000.

Contudo o Vale do Mandruze comportava uma área total de 8.000 hectares de terra cultiváveis, o projecto SG-2000¹⁸ em parceria com a Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Sofala efectuou a distribuição de sementes melhoradas aos camponeses, no distrito de Dondo, Vale do Mandruze, cobrindo apenas uma área de 3.000 hectares, nos quais foram distribuídas e usadas sementes melhoradas da cultura do arroz variedade C4-63 para os

¹⁸ Sazakawa Global 2000.

camponeses que é uma variedade de arroz melhorado produzido nas Filipinas e seleccionado no Chokwé pelo instituto de Investigação Agronómica (I.N.I.A).¹⁹

O programa foi introduzido no Distrito de Dondo pela primeira vez no ano de 1997, tendo operado numa fase experimental no Vale do Mandruze com um grupo de 96 camponeses pertencendo a Associação Agrícola de Mandruze dedicando-se a produção de arroz usando a variedade C4-63.

No período entre 1997-98, dos trinta hectares (30 ha) que compunham o vale esperava-se que o projecto utilizasse mais ou menos 10 a 15 hectares mas apenas usaram oito (8) e os rendimentos registados por hectare foram de quatro (4) toneladas trabalhadas apenas por 30 camponeses²⁰.

Com base nas informações retiradas num dos informes²¹ feito pelos extensionistas da Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito do Dondo é de realçar que segundo este, antes da introdução do pacote tecnológico nos campos dos camponeses os rendimentos oscilavam entre 1,5 a 2 toneladas por hectare; e com a implementação e uso de novas tecnologias os rendimentos elevaram passando a oscilar entre 4- 4,5 toneladas por hectare.

Mas é de realçar que fora introduzido nesse período um pacote tecnológico denominado Zero Tillage (significando Lavoura a Zero), e as herbicidas aplicadas foram as de Npk²² e as de Roundap.²³

¹⁹ In Semoc, Arroz, Ficha Técnica.

²⁰ Dados colhidos em entrevista com Sr: Vilanculos, técnico Agrónomo da DDADR-Dondo, no dia 20.02.03.

²¹ Informe apresentado aos doadores – SG-2000 elaborado pelo técnico agrónomo Vilanculos – Dondo.

²² É um adubo (componente orgânico composto por nitrogénio, fósforo e potássio) que é lançado na terra com finalidade de fertilizar a terra, pode se aplicar no período das sementeiras ou depois desta com vista a aumentar a produtividade

²³ Este processo Roundap segundo as descrições feitas pelo extensionista que acompanhou o processo de introdução deste pacote tecnológico consiste em queimar a erva sobre o campo na qual vai se fazer a sementeira e espera-se quinze dias, depois aplica-se um produto químico com a designação NPK, faz-se a mistura e posteriormente o transplante. A composição do roundap equivale uma mistura de 0,5 litros de roundap com 15 litros de água aplica-se numa área de 1000m² e mais tarde aplica-se a ureia sobre o terreno.

4.3. Estratégia de actuação do Projecto SG-2000

O projecto SG-2000 como forma de alcançar os seus objectivos usou como estratégias para a sua implementação no Vale do Mandruze a adopção de parcerias e divisão de tarefas entre os diversos parceiros para melhor trabalhar como ilustram as informações abaixo indicadas:

*“..Pelo facto de haver uma necessidade de se criarem formas que permitissem e incentivassem a participação das comunidades e tendo em conta os objectivos preconizados pelo projecto Sg-2000 de servir de intermediário na concessão e facilitação no acesso ao crédito para o sector familiar como forma de potenciar alguma autonomia no seio da população rural foi necessária celebração de contratos e parcerias por parte da ONG Sasakawa Global 2000 com algumas instituições (seus parceiros) para levar avante o projecto Sg-2000 ao vale do Mandruze”.*²⁴

Após a celebração dos contratos foi aprovada a implementação do projecto SG-2000 neste vale e coube ao Governo o papel de representar e defender os interesses da população (o grupo alvo), funcionando apenas como o agente facilitador e árbitro do projecto, fazendo-se representar pela Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural –Sofala (D.P.AD.R) que depois de apreciar o projecto, encaminhou à Direcção Distrital de Agricultura Desenvolvimento Rural –Dondo (D.D.AD.R.), fazendo-se representar pelo departamento de extensão rural, e pelo respectivo director distrital que juntamente com os representantes e coordenadores da SG-2000 acompanharam o projecto até ao vale.

Este departamento ficou com a responsabilidade de servir e prestar assistência técnica nos campos de cultivo da associação.²⁵

Foi mediante a assinatura de contratos entre a DPADR de Sofala e a ONG Sasakawa Global 2000 que o projecto SG-2000 foi encaminhado e implementado no Dondo, concretamente no Vale do Mandruze e começou a operar.

²⁴ Entrevista com Eng Coimbra, coordenador provincial do projecto SG-2000, no dia.26.04.03- Beira.

²⁵ Idem.

Todavia por parte da Semoc coube a missão e responsabilidades de fornecer as sementes variedades melhoradas na cultura do arroz ao comerciante retalhista e/ou também aos camponeses a tempo e hora tendo em conta os contratos celebrados com o projecto SG-2000.

Em virtude de se fazer sentir a presença dos camponeses a DDADR contactou um Comerciante que era um camponês influente na zona para servir de elo de ligação entre o projecto SG-2000 e a associação agrícola do vale do Mandruze esta representada pelo seu presidente para proceder o levantamento dos produtos e insumos (sementes e outras componentes) nos fornecedores e depois alocá-la aos camponeses membros da associação em tempo útil, ao mesmo comerciante cabia ainda a responsabilidade de proceder a recolha dos dinheiros ou produtos para devolver ao projecto (porque as sementes e os insumos distribuídos aos camponeses membros da associação foram cedidas a titulo de crédito e deviam ter retorno para serem devolvidos aos donos do projecto).

Salientar que o camponês em causa era por coincidência um antigo comerciante e retalhista da Semoc que já vinha fazendo este tipo de actividades há bastante tempo.²⁶

O mesmo comerciante tinha uma lista detalhada em relação ao número e as quantidades dos produtos que cada membro recebera, quantos participaram no projecto e sabia qual era o valor que cada membro da associação devia pagar.²⁷

E por fim coube a Sasakawa Global 2000, entidade responsável pelo projecto SG-2000 o papel de facilitadora na concessão de créditos, correio e elo de ligação entre os fornecedores dos insumos e os produtores (camponeses).

Este projecto tinha como lema e objectivos a introdução de tecnologias melhoradas com objectivos e finalidades de aumentar os rendimentos nas machambas dos camponeses com baixos custos de produção (usando-se uma tecnologia denominada de Zero Tillage (lavoura a zero) como forma de garantir segurança alimentar nesta zona.²⁸

²⁶ Idem.

²⁷ Dados retirados da entrevista com Sr.: Boane, comerciante e parceiro do projecto SG-2000, no dia 16.04.03-Dondo.

²⁸ Entrevista com Sr: Ilídio, ex-director distrital de agricultura e desenvolvimento rural do dondo, no dia 18.04.03-Beira.

4.4. Políticas e Mecanismos de Distribuição das Sementes Melhoradas

No que concerne ao mecanismo de distribuição das sementes melhoradas efectuadas no Vale do Mandruze pela ONG Sasakawa Global 2000 foram usados como critérios de trabalho no âmbito da implementação do projecto SG-2000 neste vale distribuições de sementes melhoradas a um grupo de camponeses que tinham uma associação com a designação Associação Agrícola do Vale do Mandruze, a título de crédito, e cada família beneficiária tinha direito a 25 quilogramas de arroz, correspondendo cada quilograma Oito mil meticais (8.000,00 Mts), 25kg de Npk, a mesma quantidade de ureia, totalizando todo o pacote para a produção da cultura do arroz variedade C4-63 e estes produtos deviam ser utilizados e aplicados numa extensão de terra correspondentes a ¼ de hectar.

O Programa SG-2000 tinha como lema distribuir sementes melhoradas a um grupo de camponeses associados ou organizados porque segundo a sua política, seria mais fácil conceder crédito aos mesmos uma vez organizados em grupos (fazendo uma associação com um representante ou chefe), podiam se realizar fóruns e a concessão do crédito seria imediata acreditando-se na ideia segundo a qual entregar sementes a um grupo de camponeses organizados seria um dos caminhos mais fáceis para efectuarem-se as cobranças e obter retorno dos produtos do que quando feita a singulares, porque mediante a presença duma associação as cobranças podiam começar a ser efectuadas primeiro, no seio da própria associação a partir dos próprios chefes (uma vez considerados responsáveis e encarregues de zelar pelos restantes membros da associação ou grupo de camponeses podiam recolher o montante necessário no seio da mesma) e por sua vez estes canalizariam aos responsáveis do projecto.²⁹

No que respeita ainda as políticas adoptadas pelo agente desenvolvidor no que concerne a razão do fornecimento e distribuição de sementes melhoradas a título de crédito ficamos a saber que esta política foi adoptada pelo facto de se verificar que nas campanhas anteriores os camponeses estavam habituados a receber sementes gratuitamente, e não se empenhavam no que tocava ao zelo das suas machambas porque sabiam de antemão ou prognosticavam que em campanhas seguintes receberiam mais sementes gratuitamente.

Com a introdução do mecanismo de concessão das sementes a título de crédito esperava-se que esta mentalidade fosse mudar, no sentido de que estes passariam a ter mais consciência no que

²⁹ Em entrevista com o sr: Vilanculos técnico agrónomo no dia 20.02.03-Dondo.

toca ao zelo dos seus campos e que podiam se habituar a produzir para o mercado e não somente para a subsistência familiar.³⁰

Depois de se decidir a efectuação da distribuição destas sementes a título de crédito notou-se por parte de alguns camponeses que compravam as mesmas, maior dedicação, empenho e acompanhamento de todo processo produtivo em relação as culturas em causa na tentativa de ver seus benefícios alcançados e seus esforços muita das vezes recompensados (tais como o retorno do dinheiro empregue na compra das sementes). Segundo alguns dos nossos entrevistados, os camponeses que se dedicaram mais passaram a ter sementes para as campanhas seguintes e sobrava, ainda alguma quantidade que se destinava para outros fins.

Segundo pesquisas efectuadas pelos MADER (2001) no seu artigo “prioridades de investimento para o desenvolvimento do sistema de sementes em Moçambique” enalteceram que a distribuição gratuita de Sementes através de programas de emergência tem conduzido o sector comercial de sementes a desenvolver o seu esforço para a satisfação dos contratos governamentais e de doadores; ademais, os camponeses habituam-se a receber sementes gratuitamente fazendo com que muitos não percebam o real valor destes stocks de sementes.

Segundo nosso ponto de vista esta poderá ser também considerada como uma das causas da verificação do não empenho, dedicação por parte dos camponeses nos seus campos de cultivo. Dentro destas políticas é de salientar que para a aceitabilidade por parte dos camponeses do uso das sementes melhoradas a DDADR-Dondo, com o papel de servir como elo de ligação entre o projecto (SG-2000) e os beneficiários do projecto (a associação dos camponeses) interveio como forma de mostrar as vantagens e desvantagens do uso das sementes melhoradas efectuando algumas demonstrações em relação a esse tipo de culturas nas machambas dos camponeses e em muitos casos nos campos da DPADR e depois se faziam comparações com os campos dos camponeses (porque estes continuavam a usar sementes de variedade local) e o extensionista usava sementes de variedade melhorada. Mediante os resultados obtidos os camponeses tinham a oportunidade de escolher o tipo de sementes que passariam a usar em função dos rendimentos, produtividade, e disponibilidade que tinham em adquirir as mesmas.³¹

³⁰ Dados retirados da entrevista com Eng Coimbra, coordenador provincial do projecto SG-2000, no dia.26.04.03-Beira.

³¹ Entrevista com o Sr.Vilanculos técnico agrónomo no dia 20.02.03-Dondo.

Tendo em conta as análises feitas em termos da aceitabilidade e adopção das sementes-variedades melhoradas em relação as outras tivemos a seguinte informação:

*“..Em relação às sementes melhoradas do arroz, a variedade C4-63 foi a que mais rendimentos apresentava, é semi-aromática, não está integrada para o mercado razão pela qual os camponeses adoptaram em relação as que vinham utilizando (variedade local- tradicional) entre outras variedades, isto ditou que os mesmos passassem a procurar e algumas vezes a comprar esta variedade e passaram a usar para além dos campos da associação, nas suas próprias machambas de cultivo apesar de ser em quantidades menores”.*³²

Observou-se também que antes da intervenção do projecto SG-2000 no vale, os camponeses trabalhavam apenas nas suas machambas particulares, depois de implantado o projecto passaram a ter mais uma totalizando duas (uma particular e outra pertencente á associação). Começou se a notar que a divisão do trabalho foi relativamente alterada porque cada indivíduo para além de trabalhar na sua machamba passou e tinha por obrigação trabalhar 2 vezes por semana na machamba da associação e tinham uma escala rígida e fixa porque estavam divididos em quatro grupos de trabalhos e esta escala tinha que ser cumprida na íntegra.

Este tipo de situação alterou um pouco a lógica, o “*módus vivendi*” dos camponeses porque para além destes prestarem serviços em duas machambas tinham alguns membros obrigações como irem á escola no período da manhã pelo facto de serem estudantes cabendo as mulheres a responsabilidade de zelar pelas crianças, arranjar tempo para realizar os afazeres da casa e até em alguns casos vender alguns produtos para conseguir obter dinheiro para a compra de produtos básicos e tudo isto veio alterar a divisão do trabalho, a produção e produtividade bem como o relacionamento entre os membros da Associação.

³² Dados colhidos em entrevista com Sr: Zandamela coordenador nacional da Sasakawa Global 2000, especialista em melhoramento de sementes na cultura do arroz no dia 21.11.03, MADER-Maputo.

Entretanto em relação aos mecanismos que ditaram a escolha dos campos dos camponeses para serem efectuadas as demonstrações o nosso interlocutor disse-nos o seguinte:

*“..O critério de escolha funciona da seguinte maneira, cada extensionista escolhe ou forma um grupo de camponeses e a partir daí faz-se uma outra escolha que tem como critério encontrar ou identificar o camponês mais dinâmico no grupo e na zona, o mesmo deve ter vontade de trabalhar e colaborar com o extensionista e se assim for, passará a ser considerado como líder do grupo e o agente de contacto por parte da DDADR, e os restantes camponeses como forma de tornar o trabalho mais facilitado e exequível”.*³³

Ainda quanto ao mecanismo de distribuição das sementes melhoradas é de realçar que o mesmo entrevistado teceu a seguinte informação:

*“..havia um comerciante que comprava sementes melhoradas na Semoc e vendia à população ou a grupos de camponeses associados cabendo aos extensionistas da DDADR apenas a assistência aos campos de cultivo embora reconhecendo que a DDADR se relaciona com vários comerciantes de sementes, contudo não pode entrar directamente neste processo, porque este tipo de procedimento não nos diz respeito, funcionamos apenas como assistentes”.*³⁴

Este tipo de informação mereceu um pouco mais de atenção a ponto de procuramos saber quais eram as garantias existentes em relação as qualidades das sementes que eram compradas pelos comerciantes e algumas ONG's para sua posterior venda e distribuição aos camponeses situação que nos foi respondida nos seguintes termos:

³³ idem.

³⁴ Idem

*“..Em relação ao projecto SG-2000 o que se verificou foi que esta organização comprou sementes melhoradas na cultura do arroz e guardou as nos armazéns da DDADR e os extensionistas do mesmo fizeram alguns testes para verificar a qualidade e eficiência das mesmas (ver o poder germinativo, a resistência a pragas,etc) entre outros apesar da Semoc garantir e assegurar a qualidade das mesmas e se uma entidade pretender distribuir sementes melhoradas nesta zona (Distrito de Dondo), a DDADR tem como obrigação testar a sua qualidade, proveniência e outros procedimentos técnicos para não constituir constrangimento às populações beneficiárias”.*³⁵

É de realçar que muitos observadores reconhecem bem a necessidade de se evitar distribuições gratuitas de semente. As ONG's pretendem substituir estas distribuições com a colecção de pequenas somas de dinheiro ou a devolução do grão no fim da safra.³⁶

Ambas estratégias são contudo de implementação caras e raramente funcionam bem; entretanto situação semelhante ocorreu no Vale do Mandruze com os camponeses pertencentes a Associação Agrícola do mesmo vale porque em termos de resultados e eficiência da implementação destas políticas o funcionamento não foi o desejado e como consequência disto o projecto parou e a associação contraiu um endividamento que condicionou o surgimento duma crise no seio desta a ponto de não pagaram as dívidas ao programa SG-2000 relativas ao processo de distribuição de sementes variedades melhoradas que foram efectuadas a título de crédito.

Senão vejamos, a “Associação Agrícola do Vale do Mandruze” estava constituída por 127 membros dos quais só 86 é que estavam a dedicar-se ao trabalho com as sementes melhoradas, os restantes não participavam activa e directamente por causa de conflitos existentes dentro da

³⁵ idem.

³⁶Ideia retirada num dos relatórios de Pesquisa dos MADER (2001) , departamento de economia, onde sobre esta questão tentam mostrar que deve se encontrar um mecanismo para ultrapassar esta situação de modo que a comunidade não fique a espera de doações para trabalhar nos seus campos de cultivo com dedicação e seriedade e não se apresentem sempre se queixando de haver falta de sementes para cultivar e produzir devem procurar mecanismos para trabalhar e superar suas dificuldades, não podem ficar dependentes das acções do governo ou das ONG's.

associação bem como com o projecto SG-2000 motivadas pelo endividamento com este como também com outras agências que trabalharam com eles nos mesmos moldes. Nos últimos anos o nível de participação tem sido considerado de muito baixo em relação aos outros anos também motivados pelas causas anteriormente enunciadas.³⁷

Relativamente aos mecanismos que ditaram a recepção e adopção das sementes melhoradas por parte dos camponeses ficamos a saber que estas não recusavam receber as mesmas porque segundo nos informaram os camponeses já fazem um estudo comparativo em relação às vantagens e desvantagens da utilização das sementes melhoradas e é de notar que no terreno já existem camponeses que tem sua própria semente na cultura de arroz variedade C4-63 que foram conservando das campanhas anteriores, mas também é de realçar que as variedades locais haviam sofrido com as chuvas e secas que afectaram em grande medida as suas culturas, estas como outras razões concorreram para a aceitação e recepção das sementes que estavam sendo distribuídas pelo projecto SG-2000.

Apesar de existir este tipo de situações constatamos que por mais que os camponeses não quisessem receber as sementes melhoradas distribuídas pelo projecto SG-2000 não o fariam porque não tinham outro tipo de alternativa senão receber estas sementes uma vez sabida que estes não tinham sementes para as campanhas seguintes, as antigas sementes de variedades locais existiam mas em quantidades muito ínfimas.

4.5. Incentivos a métodos participativos: o envolvimento de Pequenos Agricultores na Produção de Sementes

Neste ítem vamos falar dos incentivos a métodos participativos porque a recorrência a este método está sendo levada a cabo pela necessidade que se tem de ver as comunidades cada vez mais envolvidas na implementação e participação nos projectos de desenvolvimento rural adoptados por várias instituições e também pelo facto de se observar que este mecanismo proporciona e dá oportunidades de recepção de ensinamentos no que diz respeito as sementes melhoradas e em alguns casos é tida como uma alternativa para se atingir algum tipo de autonomia uma vez que estas são agentes beneficiárias destes projectos.

³⁷ Dados colhidos em entrevista com a Sra: Barira Júnior, membro da associação agrícola do vale do Mandruze, no dia 24.04.03, dondo, Mandruze.

Segundo o MADER (2001) no seu artigo “prioridades de investimento para o desenvolvimento do sistema de sementes em Moçambique” afirmam que limitações na quantidade de semente disponível no mercado em Moçambique têm encorajado várias ONG’s (por ex: World Vision, Care, Food for the Hungry, AFRICARE), assim como vários serviços provinciais de extensão (GTZ/Sofala, Danida/Spa Tete, Cooperação suíça/Spa Nampula) a levarem a cabo projectos para produzir semente ao nível comunitário.

A maioria destes programas pretende ver os camponeses envolvidos no processo de produção e armazenamento de sementes criando uma oportunidade de ensinar os camponeses sobre a qualidade das sementes e oferecer oportunidades de se alargar a sua experiência com novas variedades. Nalguns casos, a produção de semente comunitária oferece a oportunidade de melhorar a renda rural e é notável que a produção de sementes nesta instância é vista como meio de obtenção de dinheiro quer pela venda para o mercado.

Este tipo de iniciativas está sendo aplicado também no Vale do Mandruze onde (Desde o dia 20 de Fevereiro de 2003) assinou se um acordo entre a Associação Agrícola do Vale do Mandruze e o projecto PROMEC (promoção económica dos camponeses) levada a cabo pela ONG Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento da Comunidade que funciona a título experimental com quatro grupos de camponeses fazendo parte da associação e que estão a produzir sementes melhoradas na cultura de arroz com a finalidade de revender as mesmas a Semoc. Este tipo de iniciativa é fruto de acordos que se firmaram entre a Promec, associação dos camponeses e a Semoc com fins de promover a comercialização dos excedentes agrícolas dos camponeses.

Recordar também que houve um outro acordo que foi celebrado entre a Semoc e o grupo de camponeses associados (dentre os quais alguns pertencem a Associação Agrícola do Vale do Mandruze no Dondo) que teve como prenúncio a ocorrência das últimas enxurradas na zona centro onde se observou ruptura de stock de sementes na Semoc na medida em que esta empresa ia fazendo distribuição e fornecimento as zonas sul, centro e outras que tinham falta destas.³⁸

³⁸Dados colhidos em entrevista com o Sr: Snai, representante da Semoc, dia 18.04.03, Beira.

Salientar que este tipo de acordos teve um grande apoio e colaboração por parte dos camponeses porque segundo dados colhidos no terreno supunha-se que estes ajudariam em certa medida os camponeses a pagarem as suas dívidas com o projecto SG-2000.

Ainda quanto às questões relacionadas com os acordos firmados entre as três entidades ficamos a saber o seguinte:

*“..Os camponeses não tinham mecanismos e nem sítios onde pudessem comercializar os seus produtos, face a este tipo de constrangimento a Promec contactou a Semoc no sentido desta prestar serviços fornecendo sementes melhoradas a Promec e esta por sua vez faria chegar a associação e distribuir-se-ia a título de crédito e depois de produzida as mesmas seriam revendidas a Semoc, este tipo de intervenções tinha como função a multiplicação e difusão das mesmas para outras áreas e ajudar a manutenção dos stocks da Semoc e dos próprios camponeses, situação que o projecto Sg-2000 não conseguiu levar a bom termo porque no seu projecto a componente escoamento e comercialização dos produtos não foram tomados em consideração e não existe esta vocação”.*³⁹

4.6. Participação Comunitária condição “Sine qua non” para o Desenvolvimento Rural?

Tendo em conta que as comunidades rurais são consideradas como parte integrante do processo do desenvolvimento rural e as possíveis beneficiárias destes projectos, o envolvimento directo destas é tido como um dos requisitos necessários para se alcançar o desenvolvimento. Segundo o paradigma da participação, advoga-se que só serão sustentáveis as políticas ou decisões que contam com a participação dos que sofrem o seu impacto, e só será efectiva a participação se as comunidades estiverem organizadas em associações, grupos, visto que aumentam o seu poder negocial e interventivo em assuntos do seu interesse (Chambers, 1983).

A participação dos indivíduos também pode variar em função do grupo a que pertencem. Se for um grupo pequeno em que é perceptível a sua contribuição e sentem os ganhos, verifica-se uma maior participação visto que se produz bens exclusivos que beneficiam os membros desse grupo

³⁹ Entrevista com o Sr:zacarias membro da associação agrícola do Mandruze no dia 16.04.03 no Dondo-Vale do Mandruze

e se forem grupos grandes como as associações em que a acção individual dilui-se dentro da colectividade e os bens produzidos têm um carácter público isto é, ninguém pode ser excluído dos benefícios ou custos existe uma tendência em verificar-se uma fraca participação.

Neste tipo de grupos a acção colectiva só é possível e visível se pautar se por um mecanismo de introdução de “incentivos selectivos” isto é, recompensa para os que participam e sanções para os desertores (Oison,1965).

Este tipo de mecanismos já está sendo posto em prática no âmbito da reorganização da Associação Agrícola do Vale do Mandruze tendo em conta os patamares que esta pretende alcançar futuramente.

Em função dos nossos objectivos procuramos saber e analisar até que ponto as comunidades participaram neste projecto e obtemos a seguinte informação:

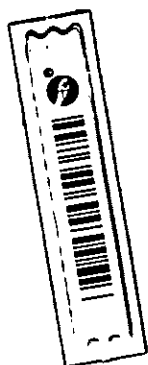
“...As Comunidades participaram mas não activamente porque na primeira fase em que introduzimos o projecto no Vale a DDADR e os donos do projecto se deslocaram ao vale a fim de ter uma conversa com os próprios camponeses para explicar os objectivos pretendidos pelo programa, e não foi fácil obter uma compreensão por parte dos camponeses porque não acreditavam que o projecto ser- lhes-ia útil no sentido de que poderia mudar as suas vidas, mas fomos insistindo em explicações e a DDADR, representado pelos extensionistas garantiram que iam prestar assistência técnica nos seus campos, daí o projecto foi aceite embora com muita desconfiança e restrições por parte dos camponeses motivada pela forma como o projecto se dirigiu a eles”.⁴⁰

Adoptando a tipologia de Pretty, o mecanismo acima descrito enquadra -se na nossa pesquisa como categoria correspondente a de “participação passiva” porque neste caso as comunidades só aderiram ao projecto SG-2000 depois de ouvirem os objectivos e os resultados que se acreditava que o mesmo pudesse atingir e os benefícios que estes teriam em trabalhar com este tipo de projecto.

⁴⁰ Entrevista com o Sr:Ilídio, no dia 18/04/03- Beira.

Realçar que depois de implementado o projecto no terreno, nos primeiros anos a aderência ao mesmo foi razoável porque este estava operando numa fase experimental, as sementes melhoradas na cultura do arroz foram cedidas a título de crédito e o período da sementeira foi efectuado ligeiramente tarde e como consequência os resultados não foram os desejados.

Mesmo assim segundo informações colhidas no terreno ficamos a saber que alguns camponeses iam participando e colaborando com os extensionistas, chegada a hora e momento de cobrança das dívidas o nível de participação destes foi diminuindo por várias razões evocadas tais como (os preços dos produtos em cobrança eram muito elevados e diferentes, havia falta de confiança em relação ao comerciante que era o agente fornecedor dos insumos aos camponeses agravado pelo facto do mesmo estar encarregue de efectuar a cobrança dos dinheiros), havia uma desorganização⁴¹ no seio da própria associação situação que influenciou de alguma forma o registo cada vez mais baixo do nível de participação como pode ser ilustrado no trecho abaixo:



“..O nível de participação está baixando cada vez mais por causa das dívidas contraídas pela associação para com o projecto Sg-2000, dívidas essas que não estão muito claras bem como outros problemas tais como a acentuada desorganização da própria associação, algumas pessoas não se sentem representadas nesta, razão pela qual muitas estão a desistir da associação bem como do projecto, vão para Nhamatanda a procura de outras machambas e outros ainda estão formando outras associações aqui no Dondo..”⁴²

Como forma de mostrar a evolução e o nível de aceitação do projecto pelos camponeses membros da Associação Agrícola do Vale do Mandruze bem como o seu nível de participação, com base nas informações retiradas num dos informes⁴³ produzido pelo extensionista da D.DADR-Dondo que acompanhou a entrada do projecto SG-2000 no vale do Mandruze ficamos a saber que antes da introdução do pacote tecnológico nos campos dos camponeses e da

⁴¹ Desorganização do tipo falta de coesão no grupo, desentendimentos constantes motivados pelo não cumprimento de actividades da própria associação, o não pagamento das cotas e desconfianças em relação ao tesoureiro e presidente da mesma.

⁴² Entrevista com o Sr: Vilanculos técnico agrónomo dia 20.02.03-no Dondo

⁴³ Informe apresentado aos doadores SG-2000 elaborado pelo técnico agrónomo Vilanculos – Dondo

associação os rendimentos em termos produtivos oscilavam entre 1,5 a 2 toneladas por hectare; e com a implementação e uso dos insumos aplicados os rendimentos elevaram passando a oscilar entre 4- 4,5 toneladas por hectare.⁴⁴

Segundo um dos nossos entrevistados constatou-se que por parte do grupo de camponeses associados alguns camponeses adoptaram a tecnologia implementada pelo projecto. Como forma de sustentar a informação que nos foi facultada pelo extensionista em causa colhemos alguns dados que vai por nós feitos em forma duma tabela comparativa para melhor compreendermos a evolução, participação e adopção da tecnologia por parte dos camponeses associados tendo em conta as campanhas, zonas, o tipo de culturas adoptadas bem como o nível de participação demonstrados.

Mas é de realçar que com base nestes dados, constatamos que em relação aos resultados das campanhas existe muita disparidade em alguns dados, razão pela qual recorreremos ao extensionista que os produziu como forma de obtermos um entendimento claro e ficamos na posse da informação seguinte:

*“..o período (1997-1998) correspondente a primeira campanha, foi o período em que o projecto foi implementado com 85 camponeses a trabalhar numa área de 27,5 hectares, correspondendo a uma só zona, observou-se que os rendimentos obtidos por hectare foram de 4 toneladas ,esta campanha foi considerada como sendo de baixa produtividade”.*⁴⁵

Pegando nos resultados defendidos pelo informe, observa-se que na segunda campanha (1998-99) registou-se um aumento no número de camponeses que passou de 85 para 96 mantendo-se a área cultivada; mas em relação às zonas de cultivo estas aumentaram passando de uma para três obtendo-se neste caso um incremento em termos de rendimentos por hectare de 4 para 4,5 toneladas. Esse ano foi justificado como sendo de boa produtividade e aderência às tecnologias

⁴⁴ Entrevista com o Sr. Vilanculos técnico agrónomo dia 20.02.03-no Dondo

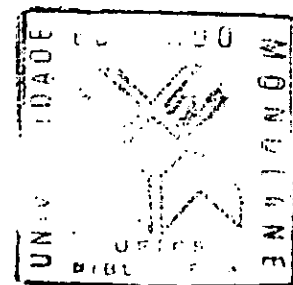
⁴⁵ Entrevista com o Sr. Ilídio, no dia 18.04.03-Beira.

melhoradas bem como a aceitação e procura da variedade melhorada de arroz C4-63 por parte de alguns camponeses membros da Associação Agrícola do Vale do Mandruze.⁴⁶

Relativamente à terceira campanha (1999-2000) observou-se um decréscimo do número de camponeses passando de 96 para 44 havendo por conseguinte um incremento no número das zonas de cultivo que passaram de três para seis zonas. Entretanto registou-se uma descida no que diz respeito ao rendimento que passou de 4,5 para 4 toneladas por hectare, observa-se que a variedade cultivada nesta campanha não é C4-63 mas sim a variedade ITA.312 que segundo a nossa análise poderá ter sido uma das razões que terá contribuído para o decréscimo da produtividade uma vez sabida que os camponeses adoptaram mais para uso nas suas machambas a variedade C4-63.

Em termos da evolução do projecto e observação do baixo nível de participação ficamos a saber que esta foi motivada pelas razões abaixo enunciadas:

“Houve um decréscimo na produtividade por causa de desentendimentos registados no seio dos membros da associação agrícola do vale do Mandruze e também entre estes e o comerciante motivados por problemas relacionados com as modalidades de pagamento das dívidas, os preços em cobrança não foram aceites pelos membros constituintes da associação, e ainda razões como a desistência de alguns membros por causa de doenças e outros motivos condicionaram o registo desta situação”⁴⁷



Finalmente a última campanha (2000-2001) reflecte também o mesmo tipo de comportamento, nota-se um aumento nas áreas de cultivo que passa de sete para oito acompanhado por um aumento do número de camponeses de 44 para 91, mas em contrapartida o rendimento obtido por hectare continua constante.

⁴⁶ Ídem.

⁴⁷ Entrevista com o Sr: Sithole membro, tesoureiro e presidente da associação agrícola do vale do mandruze, no dia 24.04.03-Dondo-mandruze.

O exercício que fizemos usando a tabela adiante descrita, foi uma das formas que encontramos para ilustrar o nível de participação bem como a aderência ao projecto SG-2000 por parte da comunidade em relação às tecnologias melhoradas implementadas no Vale do Mandruze.

A aderência ao projecto bem como as tecnologias melhoradas não foram efectuadas como o projecto e a comunidade beneficiária desejavam, em vez de se mostrar uma evolução gradual e positiva, o que se observou foi uma evolução, seguida dum estagnação e por fim um decréscimo que foi motivado por vários constrangimentos razões que provocaram o endividamento da associação para com o projecto e como consequência o término deste no Vale do Mandruze.

Esta Situação mostra de alguma forma o percurso que o projecto SG-2000 teve no Vale do Mandruze mostrando de certa forma o insucesso do projecto neste vale.

Salientar que a partir deste exercício podemos pegar como exemplo e tentar mostrar e/ou demonstrar do ponto de vista dum reflexão crítica que a visão simplista que considera a perspectiva participativa das comunidades como sendo a solução de todos os problemas de que padecem os governos actuais ao implementar programas e projectos de desenvolvimento não é tão abrangente como se pensa. Não pretendemos rejeitar essa visão, mas mostrar que é preciso existir uma complementaridade entre a comunidade, a acção governamental e as ONG's na implementação dos projectos de desenvolvimento.

Importa também analisar e desmistificar a ideia segundo a qual a participação comunitária é o remédio que permite solucionar todos os problemas de desenvolvimento rural e/ou da comunidade, mas nós não trazemos solução para este dilema apenas abrimos um espaço susceptível de debates em torno desta problemática.

Tabela 1. Balanço das actividades efectuadas pela SG-2000 no Distrito do Dondo

<i>Campanhas</i>	1997-1998	1998-1999	1999-2000	2000-2001
<i>Zonas</i>	Vale do Mandruze	v.mandruze,aldeia 7 de abril,macharote	V.mandruze,aldeia 7 de abril,macharote,canhandula,c.emissor,mafambisse	V.mandruze,7 de abril,macharote,canhandula,c.emissor,mafambisse,mafarinha,chibabuabua
<i>N de Camponeses</i>	85	96	44	91
<i>Área cultivada</i>	27,5	27	4,4	4,4
<i>Cultura e variedade</i>	Arroz variedade C463	Arroz variedade C463	Arroz variedade.ITA 312	Arroz variedade.ITA 312
<i>Rendimento Obtido por hectare</i>	4 toneladas	4,5 toneladas	4 toneladas	4 toneladas

4.7. Percepção da Comunidade Face ao uso das Sementes Melhoradas Distribuídas pelo Projecto SG-2000

Tendo em conta a visão defendida por autores como Valá (1998) segundo a qual as comunidades não podem ser vistas como agentes passivos na implementação dos projectos de desenvolvimento rural adoptados pelas ONG's entre outras instituições, procuramos entender e analisar quais as percepções que estas tem ou tiveram em relação as sementes melhoradas distribuídas pelo projecto SG-2000 apesar de termos a consciência e reconhecermos ser uma tarefa muito difícil de alcançarmos em relação a esta questão, mesmo assim levamos avante a nossa curiosidade.

Em função dos objectivos propostos para nossa pesquisa procuramos saber qual era o entendimento que tinham em relação as sementes distribuídas e ficamos a saber que estas possuem as suas lógicas e percepções em relação a eficiência e qualidades que as sementes melhoradas oferecem e/ou podem fornecer apesar do entendimento ser obtido fazendo recurso ao "método empírico"⁴⁸;mas contudo aceita-se uma margem de erro na apreciação da aparência dessa semente.

⁴⁸ Ideia retirada do artigo intitulado "os mitos sobre sementes" pg.08, segundo a qual este método consiste em avaliar a eficiência e qualidade da semente em função do tamanho, textura, aparência e constituição do grão tendo em conta as experiências que os camponeses vem acumulando ao longo de vários anos.

Dominguez e Uaiene (s/d:09), desenvolveram a ideia segundo a qual o camponês produz com as suas próprias sementes o produto que ele gosta e necessita tais como o tipo de plantas, dureza do grão, qualidades culinárias. As variedades introduzidas muitas das vezes têm características diferentes embora os rendimentos sejam superiores o camponês não as prefere porque não satisfazem os seus gostos. Este tipo de situações muitas vezes concorre para a não aceitação e utilização das sementes melhoradas por alguns camponeses em detrimento das suas próprias sementes (variedade local-tradicional).

É de realçar que em torno das sementes melhoradas distribuídas pelo projecto SG-2000 constatamos que a sensibilidade dos camponeses em relação a estas é que foram boas só que grande parte dos mesmos disseram que estas não corresponderam as suas expectativas como ilustra a informação prestada por um dos nossos entrevistados:

*“..As sementes distribuídas pela Sg-2000 foram boas e eram puras em relação as nossas porque estas se encontravam muito misturadas, só que os extensionistas diziam que com as sementes melhoradas nós iríamos produzir duas vezes por ano, o que não se verificou, produzimos apenas uma vez como as nossas sementes produzem, mas eles nos disseram que tal facto aconteceu por falta de motobomba para irrigação, fertilizantes, pesticidas, etc..”*⁴⁹

Realçar que apesar de haver algum esforço no sentido de se tentar perceber o real valor que as sementes melhoradas oferecem, a grande maioria dos camponeses membros da associação face a distribuição e adopção destas continuam oferecendo algum tipo de resistência e têm uma certa desconfiança em relação as mesmas razão pela qual muitas vezes não usam convenientemente nos seus próprios campos optando apenas pelo uso destas nos campos da associação ocupando os seus campos com as suas sementes (tradicionais ou locais) atendendo e considerando que o nível de substituição das sementes tradicionais por melhoradas estar sendo muito lenta e até em alguns casos nula.

⁴⁹ Entrevista com o Sr:zacarias membro da Associação Agrícola do Mandruze no dia 16.04.03 no Dondo-Vale do Mandruze

4.8. Impacto da Distribuição das Sementes melhoradas a título de Crédito no Vale do Mandruze

No âmbito da implementação do programa SG-2000 no Vale do Mandruze, o projecto interveio na área da agricultura integrando a componente distribuição das sementes variedades melhoradas às comunidades tendo o impacto sido registado como negativo. Senão vejamos, o projecto entrou neste vale nos anos 1997-1998 operando numa fase experimental contudo, nesta campanha os resultados da implementação do projecto face a distribuição das sementes melhoradas na cultura do arroz variedade C4-63 foi tido como negativo porque segundo dados colhidos no local o projecto chegou ligeiramente tarde enquanto a época agrícola já havia iniciado informação que poderá ser ilustrada segundo a conversa que tivemos com um dos representantes do projecto por nós entrevistado:

“ Quando o projecto chegou, nós na altura, campanha 97-98, ainda não estávamos organizados, e o projecto chegou ligeiramente atrasado (primeiro tínhamos que formar os extensionistas, identificar os parceiros que seriam os fornecedores dos insumos), foi um processo um bocado longo, e o impacto não foi o desejado para todo o grupo de camponeses, os resultados foram negativos pelo facto de se constatar também que as sementes distribuídas não tinham poder germinativo nenhum, situação que foi remediada fazendo recurso ao uso das sementes variedades locais que os camponeses vinham usando, mas de alguma forma deixou uma boa impressão nalguns campos de cultivo”.⁵⁰

Salientar que a partir desta campanha (1997-98) tomando em conta as situações acima descritas, o doador do projecto ponderou em relação às cobranças dos insumos distribuídos por causa dos resultados obtidos e a situação em que se encontravam os camponeses e alguma culpa foi atribuída a Semoc (órgão responsável pela testagem da qualidade das sementes distribuídas), mas a partir da campanha 98-99 os rendimentos obtidos na machamba da associação passaram a ser considerados de aceitáveis e observou-se que alguns camponeses (a menor parte) conseguiu

⁵⁰ Entrevista com o Sr. Ilídio, no dia 18.04.03-Beira.

comercializar alguma parte do seu excedente para efectuar o pagamento do crédito mas estes não pagaram pelas razões que vão ilustradas no trecho abaixo:

“A partir da campanha 98-99, a associação produziu o suficiente que desse para pagar o crédito, mas houve muitas dificuldades, acho que foram por razões organizacionais do próprio grupo alvo que alegou várias questões tais como: não havia celebração dos contratos, alguns foram efectuados relativamente tarde, e no ano seguinte o doador fez a sua listagem sozinho e forneceu novamente os insumos aos camponeses, mas mesmo assim estes não se dignaram a pagar transtornando de certa forma o doador condicionando assim a paragem no fornecimento dos insumos”.⁵¹

Assim sendo nós consideramos que a distribuição de sementes melhoradas efectuadas no Vale do Mandruze ao grupo de camponeses pertencentes a Associação Agrícola do Vale do Mandruze no âmbito do projecto SG-2000, teve algum impacto porque segundo constatamos no terreno algum conhecimento ficou na posse dos camponeses notando-se que alguns camponeses a título individual vão ter algumas vezes com os parceiros fornecedores dos insumos, entram em contacto com a Agrifocus, DDADR para recomendar insecticidas; e sozinhos ainda conseguem aplicar as quantidades e dosagens necessárias dos pesticidas e insumos necessários nos seus campos de cultivo quando os possuem.

O programa tinha como um dos objectivos preconizados a longo prazo o de estabelecer condições para que houvesse contacto entre os camponeses e os doadores; segundo nosso ponto de vista o impacto imediatamente visível foi que os camponeses embora em número menor já efectuam algum tipo de contacto com os fornecedores dos insumos onde temos um caso concreto que é o contacto que têm com a Promec, Semoc e a Agrifocus.

⁵¹ Idem.

De igual modo também constatamos que muitos deles se encontram até certo ponto arrependidos por não terem colaborado com o projecto SG-2000 razão pela qual depois de muitas consertações e reuniões estão se reorganizando com intuito de formarem uma associação mais consistente e receptiva aos possíveis projectos que poderão advir porque segundo constatamos estes possuem algum tipo de conhecimento em relação as tecnologias melhoradas e se acham em altura de puderem dar continuidade sozinhos aos projectos que poderão advir quando o suporte destes der por terminado bastando para isso que seja um projecto viável do ponto de vista da comunidade.

5. PONTOS DE REFLEXÃO PARA UMA NOVA ABORDAGEM

Com o presente projecto de investigação pretende-se analisar até que ponto a comunidade participa na implementação e execução dos programas de desenvolvimento rural adoptados pela ONG Sasakawa Global 2000 no Distrito de Dondo-Vale do Mandruze.

Com base nas hipóteses anteriormente colocadas e após a pesquisa pudemos constatar que a comunidade tem um nível de participação muito insignificante nestes projectos porque o seu nível organizacional é muito baixo contribuindo assim para o registo do fraco índice de participação situação que foi agravada pela deficiente coordenação e interacção existentes entre a Associação e o Projecto SG-2000.

O baixo nível organizacional verificado no seio da comunidade (a Associação Agrícola do Vale do Mandruze) foi notório e agudizou-se por causa das dívidas contraídas no âmbito da distribuição das sementes variedade-melhorada na cultura do arroz levada a cabo pelo projecto SG-2000, esta distribuição foi efectuada a título de crédito a esta associação sem haver assinatura prévia dum termo de compromisso e nem celebração de contratos em relação às modalidades de pagamento bem como o preçário real que deveriam ser pagos ao projecto pela associação ou por cada membro uma vez que cada membro abrangido por este processo recebeu a mesma quantidade de insumos e sementes.

O que se verificou segundo dados colhidos no local foi que na hora das cobranças os preços que foram imputados a cada membro foram diferentes razão pela qual suscitou muita polémica entre os membros da associação e o projecto SG-2000 representado pelo comerciante responsável pela distribuição dos insumos bem como pelas cobranças (parceiro da SG-2000) porque este era quem tinha a lista nominal e as quantidades dos insumos recebidos e o preço que cada membro da associação deveria pagar (ou restituir) ao projecto.

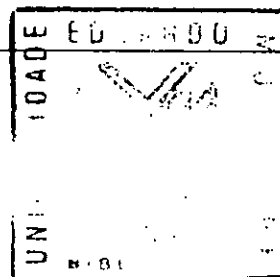
Esta situação gerou muitos conflitos no seio da associação provocando desistências por parte de muitos membros que alegaram não haver transparência no processo das cobranças, houve muitas suspeitas também em relação ao tesoureiro da associação tanto quanto em relação ao comerciante (parceiro da SG-2000) porque não apresentavam as facturas dos pagamentos e nem as quantidades dos produto devolvidos ao projecto como forma de pagamento dos créditos cedidos por esta situação que permaneceu durante muito tempo sem solução culminando com o

não pagamento das dívidas e como consequência observou-se a desistência e retirada do projecto do Vale do Mandruze.

Em relação ao projecto SG-2000 constatamos que o projecto estava interessado na produção da cultura do arroz com finalidades de garantir a segurança alimentar fazendo recurso a tecnologias melhoradas e tendo conhecimento que o Vale do Mandruze era propensa para prática desta cultura dirigiu-se a este vale para implementar o seu projecto. Uma vez aí chegados procuraram apenas explicar o que pretendiam no vale contando com a colaboração dum grupo de camponeses que lá se encontrava na altura, a Associação Agrícola do Vale do Mandruze e começaram a trabalhar nos moldes anteriormente enunciados sem tomarem precauções necessárias e nem procuraram saber por parte destes as suas necessidades, aspirações, potencialidades, fragilidades limitando-se apenas a efectuar a distribuição das sementes melhoradas nas modalidades pelo projecto preconizados.

Realçar que se o projecto entrasse numa forma bem planificada e procurasse saber quais eram as necessidades dos camponeses aliando estas aos seus objectivos, talvez tivesse um bom desempenho porque segundo constatamos no terreno não avaliou profundamente o impacto que esta forma de intervenção causaria a associação bem como ao próprio projecto, limitaram-se pura e simplesmente a efectuar a distribuição das sementes e dos insumos através do seu parceiro-comerciante e logo de imediato queriam o retorno dos mesmos, situação que não pode ser resolvida a curto prazo porque soubemos que a associação constituída por seus membros não tinham desenvolvido mecanismos e capacidades financeiras que permitiriam saldar as dívidas contraídas num espaço de tempo relativamente curto e nem são autónomos porque ainda não conseguiram se recuperar das perdas que sofreram aquando dos períodos de estiagem bem como das calamidades naturais que afectaram as suas culturas nos anos passados, situação tida também como uma das contribuintes para o fracasso do programa.

Só para ilustrar, soubemos que a associação não tinha mecanismos e nem condições para comercializar os seus excedentes e ainda mais, o projecto quando distribuiu as sementes nas modalidades em causa sabia de antemão que a componente comercialização e escoamento dos produtos não estava a operar na sua plenitude perante estes acontecimentos como é que o projecto queria a devolução dos créditos num espaço de tempo relativamente curto tomando em conta estes constrangimentos identificados e encontrados no terreno?



Relativamente à substituição da concessão das sementes variedades-melhoradas de forma gratuita pela concessão a título de crédito constatamos que esta opção se deveu ao facto de se notar que os camponeses quando recebiam as sementes de forma gratuita não as utilizavam convenientemente e até em algumas situações vendiam porque sabiam ou prognosticavam que nas campanhas seguintes tornariam a receber novas sementes razão pelas quais a nova modalidade foi adoptada. O desinteresse demonstrado pelos camponeses e a tentativa de proporcionar algum tipo de mudança de atitude por parte destes em produzir para o mercado em detrimento da subsistência familiar foi uma das condicionantes que levou o projecto a substituir uma modalidade por outra.

Também constatamos que a DDADR-Dondo, entidade responsável pela assistência nos campos da associação não estava completamente de acordo relativamente à maneira como o pacote tecnológico estava sendo distribuído e administrado (o uso das quantidades dos herbicidas e fertilizantes a serem aplicados nos campos de cultivo da Associação eram ou foram pré-determinados fora desta área e do contexto).

A adopção da nova modalidade foi vista como um dos requisitos que concorria para que se verificasse mudança de mentalidade nos camponeses e como uma das formas destes trabalharem com seriedade porque o objectivo preconizado pelo projecto que deveria ser o aumento da produção e da produtividade bem como aquisição duma certa autonomia e aumento de conhecimentos em relação às sementes melhoradas só seriam alcançado com a colaboração da comunidade dedicando-se com seriedade ao trabalho nos seus campos de cultivo bem como em relação as sementes melhoradas que lhes foram cedidas a título de crédito. Embora a comunidade tenha as suas lógicas e percepção em relação as sementes variedades-melhoradas constatamos que estas se mostram e continuam relutantes em usar este tipo de sementes alegando várias razões ainda que se verifique a procura destas por parte de alguns camponeses.

Relativamente ao desempenho do projecto SG-2000 no Vale do Mandruze do ponto de vista da Associação, este foi visto como sendo o "salvador" porque chegou ao vale num período de crise, contudo pecou pela maneira e procedimentos que seguiram. As rédeas não foram bem delineadas situação que contribuiu para que se registasse uma desorganização no seio da associação, bem como uma certa desconfiança em relação aos objectivos que este pretendia alcançar tanto quanto as expectativas que este provocou no seio da Associação bem como ao nível da Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Dondo.

Do ponto de vista do projecto SG-2000, a sua actuação nesse vale serviu como um laboratório de experimentação para as suas políticas e estratégias de acção e de intervenção e também o Vale do Mandruze e a Associação Agrícola do Vale do Mandruze foi um mercado que o projecto e seus parceiros encontraram para alocar e vender os seus produtos (os insumos agrícolas).

Tendo em conta que um dos pressupostos evocados pelas agências que operam em áreas de desenvolvimento rural ser o slogan "participação comunitária" slogan tido como sendo uma das vias mais eficazes para se alcançar o desenvolvimento muitas vezes este é evocado e nunca ou poucas vezes é materializado porque se notam poucos vestígios que elucidam como esta participação é efectuada pelas ONG's em muitos projectos de desenvolvimento razão pela qual muitos projectos têm fracassado. Um exemplo ilustrativo foi o que se registou no Vale do Mandruze com o projecto SG-2000 porque a comunidade não se sentiu integrada e nem parte constituinte deste achando-se marginalizada e sobrecarregada por causa das dívidas entre outros acontecimentos que se foram registando.

Mas importa referir que apesar de existirem estes constrangimentos o projecto deixou algum tipo de ensinamento no seio da comunidade visada bem como em relação aos extensionistas e alguns parceiros-coordenadores que acompanharam o seu percurso.

Do ponto de vista Antropológico, no âmbito de implementação dum projecto de desenvolvimento que tenha como lema "Participação Comunitária" deve-se ter em conta que ao se implementar um projecto o grupo alvo tem suas lógicas, "*módus vivendi*", saberes locais que são aspectos que tem que ser levados em conta. A população tem que se sentir como parte integrante dos projectos e não apenas como a beneficiária colateral desses projectos, daí que a participação destas devem ser demonstradas e cada vez mais incentivadas de modo que os projectos sejam sustentáveis e duradouros.

Realçar que a participação da comunidade na implementação dos projectos de desenvolvimento rural não pode ser tida como um receita que visa o desenvolvimento e resolução de todos os problemas que enferma uma determinada comunidade ou região outros aspectos devem ser tomados em conta fazendo parte duma totalidade e conjuntura.

Relativamente ao projecto SG-2000 no âmbito da sua actuação seria benéfico e vantajoso se procurassem saber sobre os aspectos organizacionais da Associação Agrícola do Vale do Mandruze, a sua representatividade, disponibilidade em trabalhar nos moldes pelo projecto preconizados, o tipo de relacionamento existentes entre a associação e o comerciante para que se prosseguisse com o projecto de modo que se evitasse a situação de emergência de conflitos ou ambiguidades que foram surgindo no decorrer da sua actividade.

Seria viável e sustentável se o projecto optasse por fazer coincidir os seus objectivos com os da associação adequando as necessidades e carências; fazendo-se acompanhar por um processo de auscultação primária a associação relativamente as suas necessidades e aspirações. No que diz respeito à concessão das sementes e os insumos a título de crédito deviam-se discutir as modalidades de pagamento bem como as quantias a serem cedidas antes de se efectuar a distribuição dos produtos bem como a celebração prévia dos contratos e termos de compromisso.

Por parte da Associação Agrícola do Vale do Mandruze, estes deviam ver as vantagens em trabalhar em grupo porque o associativismo desempenha um papel muito importante na resolução de problemas dentro da comunidade e principalmente quando estão diante ou beneficiando de um projecto de desenvolvimento que exija a presença de um grupo associado e organizado para trabalharem em conjunto.

O projecto SG-2000 para implementar o seu projecto precisou de um grupo de camponeses organizados para trabalhar com eles, face a este tipo de apelo temos a dizer que uma associação tem que ser coesa, ter capacidade e motivação conjunta para resolver seus problemas tanto dentro como fora desta numa determinada região.

Os benefícios que se colhem dentro dum grupo de camponeses associados como foi o caso da Associação Agrícola do Vale do Mandruze são e deviam ser para o bem da colectividade e quiçá para o bem do projecto que com esta trabalhou, as expectativas e aspirações dos diferentes actores envolvidos nestes projectos de desenvolvimento jogam um papel muito preponderante para o sucesso, viabilidade e sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento.

Por isso por parte desta Associação talvez fosse proveitoso se os membros desta procurassem trabalhar com seriedade aproveitando a oportunidade que tiveram em trabalhar com este, deviam ter maior capacidade organizacional e de resolução de conflitos sem que para isso prejudicassem os objectivos, aspirações e expectativas pelas quais esta foi criada e fundada.

Ressaltar que os planos elaborados por um projecto de desenvolvimento para a população não devem ser feitos de uma forma paternalista o que pode levar a condições piores do que aquelas em que os beneficiários se encontravam antes, daí que a participação da comunidade deve ser feita de forma adequada e de acordo com os seus hábitos, necessidades, aspirações, de modo que se garanta a representatividade destas a fim destes serem sustentáveis.

E por último, apesar de reconhecermos não ter conseguido abarcar a totalidade do nosso objecto de estudo levantamos a possibilidade de nas próximas oportunidades e futuras pesquisas em torno do mesmo objecto aprofundar com mais detalhes e precisão as formas de associativismo preconizadas pela Associação Agrícola do Vale do Mandruze, os elementos ou características fundamentais e determinantes para a coesão ou não do grupo, as aspirações, motivações e expectativas para resolução de problemas dentro da comunidade e quais os prognósticos em trabalhar com a mesma ONG nas próximas ocasiões em prol do desenvolvimento do Vale do Mandruze e da Comunidade no Distrito de Dondo.

LISTA BIBLIOGRÁFICA.

AMARAL, Wanda do (1999), " Guia para Apresentação de Teses, Dissertações, Trabalhos de Graduação" 2ª Edição Revista, Maputo.

✕BALLERSTAEDT, Esther (1999), " Participação Popular no processo de desenvolvimento em Moçambique, Link, Maputo.

✕CHICHAVA, José A.C. (1999), " Participação Comunitária e Desenvolvimento: o caso dos Grupos dinamizadores em Moçambique", Maputo.

CASAL, Adolfo Yáñez (s/d), " Identidades Culturais e Desenvolvimento "Departamento de Antropologia ,Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

✕CHAMBERS, Robert (1995), "Desenvolvimento Rural Fazer dos Últimos os Primeiros", ADRA, Luanda, ANGOLA.

CHAMBERS, Robert (1983), "Putting the Last First" LONGMAN, London.

DOMINGUEZ, Carlos E; UAIENE, Rafael (S/d), " Os Mitos Sobre Sementes: Considerações para Reflexão, in colloquium sobre o Desenvolvimento dos sistemas de sementes para a agricultura de Moçambique, Maputo.

ESTATÍSTICA (1999), Instituto Nacional de Estatística, Dados do ii Recenseamento geral da população e Habitação-1997, Maputo:INE.

ESTATÍSTICA, Instituto Nacional (2001), Censo Agro-Pecuário (CAP) "Apresentação Sumária dos resultados quadros e gráficos, Maputo-Moçambique.

IOSCHPE, Evely Berg, VOIG,Léo, SARAIVA,Hélcio, FALCÃO, Joaquim (1997), 3º SECTOR " Desenvolvimento Social Sustentado" 2a edição, Coordenação Editorial Christine Röhrig.

FARRINGTON,J. and BEBBINGTON (1994), " From Research to innovation: Getting the most from Interaction with NGOs," in SCOONS,I and THOMPSON,J.(ed), London Intermediate Technology Publications.

FERREIRA, J.M.Carvalho, PEIXOTO,João, CARVALHO, Anabela Soriano, RAPOSO, Rita, GRAÇA, João Carlos, MARQUES, Rafael (1995), "Sociologia" Editora McGRAW_HILL de Portugal, Lda.

✕ KISIL, Marcos (1997), " Organização Social e Desenvolvimento Sustentável", Projectos de Base Comunitária, 2ª Edição, Conselho Editorial.

✕ MANDLHATE,Félix (1991), "Desenvolvimento Rural e Participação Comunitária", Seminário sobre casas agrárias e seu papel na Agricultura e Desenvolvimento Rural.

✕ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL , Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural (2000), " Abordagem de Desenvolvimento Rural em Moçambique" com apoio da Cooperação Suíça.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (2001), " Prioridades de Investimento para o Desenvolvimento do Sistema de Sementes em Moçambique", Direcção de Economia.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA (1995), "Manual para Produção de sementes", Empresa Nacional de Sementes, Maputo-Moçambique, Janeiro de 1995.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade (1983), "Projecto e Relatório de Pesquisa" in Metodologia de Trabalho Científico, Editora Atlas, S. Paulo.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCAS (1997), "Política e Estratégia para o Sub-sector de Sementes em Moçambique", Maputo ,05 de Setembro.

NHANTUMBO,T & PIJNENBURG,B. (1998)," Experiência de Projectos Participativos em Moçambique", FAEF, Outubro, Maputo.

OISON (1998), " A Lógica da acção Colectiva"-Bens Públicos e Teorias dos Grupos. (Maria Dulce Cláudio Guerreiro e Margarida Lima de Faria, trad.); Oeiras: Celta Editora (Trabalho original publicado em 1965).

PIJNENBURG, B. (1998), " limits to Farmer participation" in:AGREN/ODI, Agricultural Research and Extension Network,Newsletter nº 37,ODI,London.

PRETTY, Jules N, and al (1995), " Participatory learning and Action" A Trainer Guide, IIED, LONDON.

RÚDIO, Franz Victor (1978), " Introdução ao Projecto de Pesquisa Científica " 16ª ed, Ed. Vozes,R.J. Brasil.

✧SHEPHERD, Andrews (s/d), " Sustainable Rural Development", discussion paper.

THOMPSON, John (1998), " Participatory Approaches in Government Bureaucracies: facilitating institutional change" in BLACK BURN, James & HOLLAND, Jeremy,(ed), Who Changes?, IT Publications, UK.

TÖNNIES, Ferdinand (1944), " Commuaunité et Societé" Paris: Puf.

TURNER, Jonathan H (1999), "Sociologia", Conceitos e Aplicações, S. Paulo.

✕ VALÁ, Salim Cipton (1997), " Desenvolvimento Rural e a Perspectiva do Género" in Artigo publicado no Jornal Domingo, 19.10.1997,Nº821, pg.09.

✕ VALÁ, Salim Cipton (1997), " Imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento Rural" in artigo publicado no jornal Domingo, 11.01.1998,Nº833,pg.18.

VENETZANU, Emília (1995), Diagnóstico Inicial Junto da Comunidade "Formação á abordagem Participativa" centro de formação São Jorge/INIDA-Ministério da Agricultura-Cabo Verde.

WISNER, B and YAPA, L S (1992), " Building a case Against Economic Development, Manuscript, Hampshire college, M.A, and State College, pa; Pennsylvania State University.

A) Fontes Orais

- Engenheiro Carlos Zandamela, coordenador do projecto SG-2000 e Especialista em melhoramento de arroz da DNER-MADER-Maputo.
- Doutor Diogo, Conselheiro do Departamento de economia no MADER-Maputo
- Engenheiro Miguel Luís Coimbra, Agrónomo e Coordenador Provincial do Projecto SG-2000-Sofala.
- Samuel Sithole, Presidente e tesoureiro da Associação Agrícola do Vale do Mandruze; tido como um dos Fundadores das primeiras associações que surgiram neste vale.
- Senhor Vilanculos, técnico agrónomo da Direcção Provincial de Agricultura do Dondo.
- Senhor Ilídio, Funcionário da Direcção Provincial de Agricultura de Sofala.
- Senhor Zacarias, membro da Associação Agrícola do Vale do Mandruze.
- Senhor Boane, comerciante -parceiro do Projecto Sg-2000, e funcionário do CMCD.
- Senhora Barira Júnior, membro da Associação Agrícola do Vale do Mandruze.
- Senhor Snai, representante da Semoc na Beira.
- Senhor Augusto chefe do 4º grupo da Associação Agrícola do Vale do Mandruze.
- Senhor Paulino, Director Distrital de Agricultura do Distrito do Dondo.
- Senhor Amann, especialista em melhoramento de sementes do INIA.
- Senhor Higino Marrule, funcionário do MADER, departamento de economia.
- Técnica Augusta, extensionista da Direcção Distrital de Agricultura do Dondo.

B) Fontes Secundárias

Semoc (2000), Ficha técnica, Arroz.

INTERNET.

In Internet: SILVA, Eduardo Marcondes Filinto da e AGUIAR, Marianne Than de (1997), "Terceiro Sector-Buscando uma Conceituação".

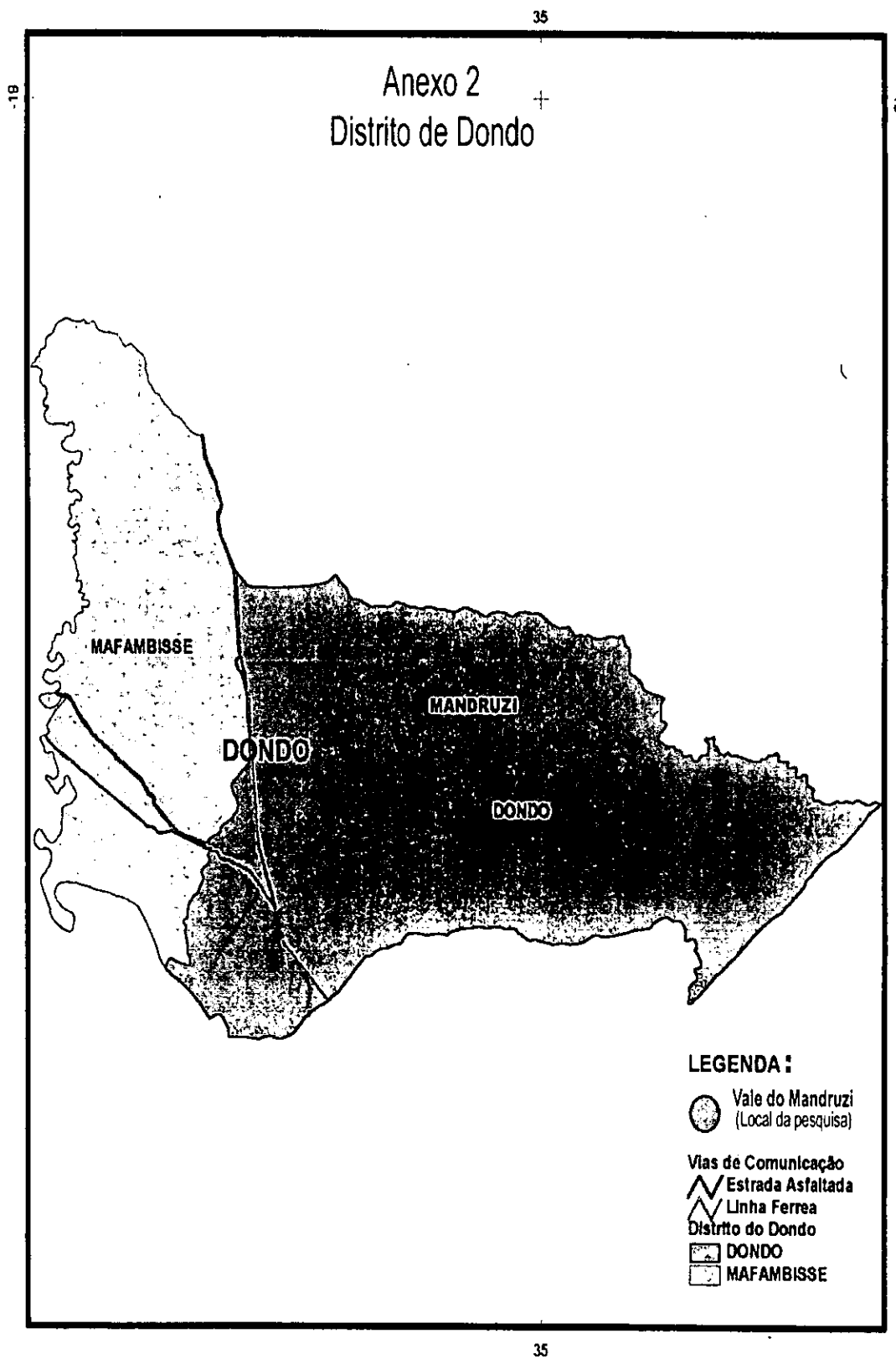
Anexo I

DETALHES DAS ENTREVISTAS

Nome da Instituição	Número de Entrevistados	Idade dos Entrevistados	Sexo
Associação Agrícola do Mandruze	4	1 de 27 anos, 2 na faixa entre os 50 a 60, 1 nas faixas entre 30 a 35	3 do sexo M, 1 do sexo F
CMCD	1	Faixa entre os 40 a 60 anos	M
DDADR	4	Todos do sexo Masculino	1 na faixa entre os 27-30 anos, 3 entre as faixas dos 40 a 45anos
DPADR	1	M	Entre os 40 a 50 anos
INIA	1	M	Entre os 40 a 45
MADER	1	M	Entre os 50 a 54 anos
SEMOC	1	M	Entre os 35-45 anos
SG-2000	2	M	Entre os 45 a 50 anos

N.B. A pedido dos entrevistados não iremos apresentar nomes e nem idades exactas, exceptuando um dos entrevistados que não se importou em nos dizer a sua idade real e o nome que também não aparecerá por questões de estética do nosso anexo.

Anexo II



Anexo III

Fig.01



Imagem tirada depois da assinatura de contrato entre o coordenador da ONG, cooperação austríaca para o desenvolvimento da comunidade e o presidente da Associação Agrícola do Vale do Mandruze relativamente ao projecto de comercialização de excedentes dos camponeses a PROMEC.

Fig.02



Esta imagem ilustra um dos membros da Associação Agrícola do vale do Mandruze, chefe do terceiro grupo de trabalho cortando arroz variedade C4-63 numa das machambas da Associação depois do técnico da agricultura efectuar a demarcação da área produzida a fim de avaliar os resultados da produtividade e rendimentos na colheita do arroz..

Fig.03



Imagem captada e tirada no momento em que uma das representantes da SG-2000 estava se inteirando de alguns camponeses acerca das dívidas contraídas no âmbito do projecto e procurava saber qual a percepção destas em trabalhar com as sementes melhoradas e nos moldes em que se estava a operar apelando a estes a liquidar as dívidas a fim do projecto dar continuidade com a sua actividade neste Vale.

Fig.04



Esta imagem ilustra o pesquisador em conversa com o presidente da associação agrícola do vale do mandruze depois de se inteirar dos problemas e conflitos existentes entre a associação e o projecto SG-2000 no Dondo